



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Projeto de Pesquisa "Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu
Entorno a ser Realizado em Parceria com as Comunidades Locais"

Processo IPHAN Nº 01492.000372/2011-75

Contrato Nº 06/2012



TERRITÓRIO DO PATRIMÔNIO DOS POVOS DO
APROAGA: resistência e fazer político

BELÉM, 2015



Universidade Federal do Pará

Projeto de Pesquisa "Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser Realizado em
Parceria com as Comunidades Locais"

Processo IPHAN N° 01492.000372/2011-75

Contrato N° 06/2012

TERRITÓRIO DO PATRIMÔNIO DOS POVOS DO APROAGA: resistência e fazer político

Relatório Final do Projeto de Pesquisa
"Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno
a ser Realizado em Parceria com as Comunidades Locais"
Processo no IPHAN: Processo nº 01492.000372/2011-75
Contrato N° 06/2012

BELÉM, 2015

Lista de Siglas e abreviaturas

AQURC	Associação Quilombola Unidos do Rio Capim
BO	Boletim de Ocorrência
FADESP	Fundação de Amparo à Pesquisa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
UFPA	Universidade Federal do Pará

Lista de Figuras

Figura 1. Capa do video maker Arqueologia do vale do Capim	10
Figura 2. Capa do video maker Os Antigos do Aproaga	10
Figura 3. Capa do video maker Povos Tradicionais do Vale do Rio Capim.	10
Figura 4. Capa do video. Ave Maria! Festa de Nossa Senhora de Nazaré no Quilombo do Aproaga.	10
Figura 5. Tabela População de lugares situados na margem direita do rio Tocantins.....	16
Figura 6. Tabela Paróquias rurais da comarca da Capital, em torno de 1823	16
Figura 7. O sr. Mauricio em trabalho de cartografar o vale do rio Capim.....	24
Figura 8. Os senhores Mauricio, Antonio e o pesquisador Angelo Lima trabalham sobre o croqui do rio Capim.....	24
Figura 9. O longo rio Capim é representado com suas enseadas, curvas, praias e o mais importante referencias de formação de povoados	24
Figura 10. Sra. Ana Cristina F. da Silva aponta a destruição da parede do casarão.....	25
Figura 11. Apresentação de cartazes com as informações sobre o Projeto. Neste cartaz são indicados os valores financiados, estabelecendo uma relação de transparência.	25
Figura 12. Cópia do Boletim de ocorrencia feito pela sra. Ana Cristina F. da Silva	26
Figura 13. Trechos do rio Capim onde se observa uma “Montanha de aluvião” e “montanha de argila vermelha”	29
Figura 14. Vegetação de palmeiras em trecho do rio entre Ribeira e Quiandeua.....	30
Figura 15. Planta do Rio Capim exposta na Sala de Reuniões de Sauá-Mirim.	31
Figura 16. Exterior e interior da Escola EFM São Jorge, em Nova Vida.....	35
Figura 17. D. Adelaide e seu cachimbo	37
Figura 18. Casa de farinha. Comunidade São Raimundo.	37
Figura 19. Toponímia ao longo do rio Capim.....	40
Figura 20. Armação de barraca de pesca do rio Capim.....	43
Figura 21. Fernando Tavares comenta sobre os objetos arqueológicos.....	48
Figura 22. Comunidades Quilombolas do Território Povos do Aproaga.....	50
Figura 23. Fernando Marques e Manoel Clauderi da Luz realizam medições e conferem com um croqui.	54
Figura 24. Fernando Tavares e João Conceição Silva dos Santos realizam escavações para verificar as paredes	54
Figura 25. Fernando Marques realiza escavação para verificar paredes do engenho Aproaga	54
Figura 26. Georreferenciamento do sitio da roça da Sra. Agueda (próximo de Benevides). ...	55
Figura 27. Banner apresentado pelo pesquisador Fernando Marques aos quilombolas do Aproaga e introdutório à oficina	56
Figura 28. Fernando Marques inicia a apresentação do croqui do engenho, realizado com base em croqui desenhado na oficina de março de 2013 e descrições. Na primeira fila estão a professora Ana Cristina e o professor Antonio José do Nascimento Amaral.....	57
Figura 29. O Senhor Estandico da Luz e o professor Antonio José do Nascimento Amaral observam e comentam a versão do croqui e analisam a foto do engenho Aproaga.	57
Figura 30. Assinatura do Termo de Cessão de Imagem por Manoel Clauderi por um dos participantes.....	58
Figura 31. A atividade de desenho do grupo foi compartilhado por adultos e crianças.	58
Figura 32. Professores Francisca Clenilda N. Amara e Antonio José do Nascimento Amaral participaram da Oficina e da reunião com os professore.	59
Figura 33. Alunos da Escola de Ensino Fundamental de Taperinha fotografados na sala de aula	59

SUMÁRIO

Lista de Siglas e abreviaturas.....	3
Lista de Figuras	4
1 INTRODUÇÃO.....	6
2. TRAJETÓRIA DO PROJETO MEDIANTE O RETORNO AOS RELATÓRIOS.....	12
2.1 Pensar, fazer e escrever a história do vale do rio Capim	12
2.2 Domínios religiosos e políticos da festa no território quilombola dos Povos do Aproaga	21
2.3 O vale do rio Capim apresentado pelos quilombolas	23
2.4 Excursão de Quiandeua a Graciosa, subindo o rio Capim.	26
3. PRÁTICAS DE PESQUISA: OFICINAS, ENTREVISTAS	50
4. SEMINÁRIO FINAL PATRIMONIO CULTURAL, TERRITÓRIO E MEMÓRIA	63
5. PRODUÇÃO DO ÁLBUM E BANNERS	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	75
Anexo 1. Pesquisadores e Colaboradores do Projeto	75
Anexo 2- RELAÇÃO DOS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGENS E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO AMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO	77

1 INTRODUÇÃO

Entendemos que o presente relatório final não é, nem pode se constituir apenas uma peça técnica, descritiva do trabalho de pesquisa. Com o título “TERRITÓRIO DO PATRIMÔNIO DOS POVOS DO APROAGA: resistência e fazer político” estamos identificando as diversas ações dos quilombolas do Aproaga que se relacionam com políticas e programas voltados para o patrimônio, para o reconhecimento de direitos territoriais, étnicos e culturais.

Afirmamos que o título escolhido é convergente com uma manifestação verbal e escrita que se torna recorrente no diálogo com os quilombolas, os quais nos solicitaram para insistir junto ao IPHAN, isto depois deles terem feito o pedido, para que viabilisse as “formas de proteção do Casarão”, o que até o presente, junho de 2015, não se materializou com uma simples placa oficial capaz de infundir limites e inibir os atos finais de destruição do engenho ro Aproaga.

Esse pedido foi feito em reunião de pesquisadores, membros da diretoria da AQURC e a equipe do IPHAN em setembro de 2012. Com essa medida eles buscam frear - dificilmente impedir-, primeiro, o contínuo assalto desse prédio por saqueadores das pedras, dos açaiás; segundo, as visões individuais de usufruto do patrimônio que se contrapõem ao significado do mesmo para o grupo étnico e, terceiro, coagir de um lado, a atuação do INCRA que esta criando assentamentos para plantar dendê¹ e, de outro, impulsionar avanços no pleito de demarcação do território quilombola sobre o qual nada parece ter sido feito desde 2013.

As tensões e conflitos centrados no território se acirraram nos três anos que estivemos estreitamente vinculados com o grupo para fazer a pesquisa. O enfrentamento entre o filho de um quilombola e um “invasor” da fazenda do Mazinho, ocorrido na primeira semana de dezembro de 2014, surpreendeu o grupo. Recebi o correio do presidente da AQURC informando sobre os fatos - e assumo a responsabilidade política e ética pela sua divulgação neste Relatório por ser prova da situação social de conflito negligenciada pelas autoridades.

----- Mensagem encaminhada -----

De: **MANOEL CLAUDERI COUTINHO DA LUZ COUTINHO DA**

LUZ <coutilombolas@yahoo.com.br>

Data: 10 de dezembro de 2014 21:45

Assunto: conflitos no território entre os invasores e os Quilombolas

Para: Rosa Elizabeth Acevedo Marin <ream30@hotmail.com>

Professora Rosa boa noite

Esta semana ta sendo muito difícil para nós aqui no Quilombo povos do Aproaga teve um conflito de morte entre quilombola e os invasores o tio Gormercindo tava sendo ameaçado por homens querendo entrar na sua terra para se repartir ele vinha avisando que se entrasse na sua terra iria morrer gente ele foi ate a delegacia e a policia nada fez na segunda feira eles se armaram e foram corta o pico da terra do tio gormercindo. e um dos filhos dele atirou e matou um homem e agora ta todo mundo armado na invasão querendo matar a familia do tio go. tenho ligado para o ouvidor agrario federal dr Abucater mas niguem veio ate aqui e eu estou com muito medo do problema que isso pode gerar. tenho tentado ligar mas não tenho conseguido se a senhora puder me ligue a qualquer hora

¹ Essa é a situação do Assentamento Taperuçu que faz fronteira no setor leste do território, do assentamento de Sauá Grande. Estes e os novos assentamentos anunciados sob pressão de grupos políticos com interesse nesse modelo de regularização fundiária aumentam as ameaças de um território não titulado, nem demarcado.

amanha vou para são domingos do capim.

No Relatório Histórico Antropológico “Povos do Aproaga: territorialidade específica dos Quilombolas de São Domingos do Capim (Pará) e reconhecimento de direitos territoriais” foi enfatizada a disputa por terras e as “invasões” estimuladas por fazendeiros.

O território para as comunidades quilombolas de Ipixuna, Sauá Mirim, Taperá, Alegre Vamos e Benevides é o locus de seus modos de criar, fazer e viver. No plano de direitos e responsabilidade jurídica e legal cabe ao Estado e seus entes administrativos garantir o desenvolvimento desses modos de vida e o território reivindicado. É o reconhecimento por indivíduos e grupos de um patrimônio cultural composto de “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados” indissociável de uma territorialidade histórica e socialmente construída.

Essa interpretação da relação política entre a territorialidade e os modos de vida é cuidadosamente analisada nos relatórios da pesquisa, elaborados em cada uma das etapas e é circunstancialmente apresentado nos capítulos do Álbum Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim, peça central desta pesquisa. A identidade coletiva auto-designada como **Povos do Aproaga** é usado para exigir direitos territoriais esses grupos que assumem essa identidade coletiva interpretam no escopo dessa primeira relação os direitos à cultura e direitos a preservar seu patrimônio.

Ao longo das pesquisas foram mobilizadas a memória individual e coletiva. Compartilhamos a posição de se constituir uma unidade ou amalgama, pois ela é “minha e nossa”. De forma indelevel a memória se afigura como objeto de luta, como escreve Kessel, 2010, pelo poder que é travada entre classes, grupos e indivíduos, pois “Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro”. (KESSEL, 2010) Dissemos que os Povos do Aproaga decidiram lembrar do Engenho e o fizeram sem o controle do historiador, com suas próprias palavras, simbologia, representação. Como pesquisadores acompanhamos as mobilizações, os debates em cada atividade, especialmente nas oficinas, e contribuimos para refletir também com eles as experiências, as ações e as práticas.

No presente relatório reexaminamos as atividades de pesquisa com o sentido de conferir as etapas do Plano de Trabalho. Temos a convicção de ter cumprido e seguramente ampliado nosso horizonte de trabalho e de resultados, o que fizemos com uma perspectiva de uma racionalidade e reflexividade, primeiramente, buscando a significação da “parceria²” com as comunidades locais. Segundo, produzindo uma avaliação crítica de nossas demarches até identificar como foram superados os obstáculos administrativos, temporais.

Em que condições foi realizada a pesquisa? Inicialmente é fundamental salientar que os quilombolas anteciparam-se na reivindicação de uma pesquisa sobre esse objeto que é o patrimônio, representado-o, aparentemente desde um plano material e cultural na centralidade que tem o Engenho do Aproaga, inclusive, apontando outros engenhos como o de Taperuçu, mais também, apontaram as peças encontradas, dessa forma manifestaram, permanentemente, elevado interesse por estar inseridos no projeto e conhecer seu

² O termo usado de forma abusiva e espontânea em muitos trabalhos de pesquisa conduzidos, sobretudo, no âmbito das organizações não governamentais e da tecnocracia do Estado deixa em suspense a relação social de pesquisa. Não desconhecemos o chamado PPP – Parceria Público Privado que encontra-se elaborada no Direito e tem críticas fortes em relação ao denominado Terceiro Setor.

patrimônio onde não separam o prédio, das visagens. Desde essa primeira condição os objetivos foram identificados como comuns e se estabeleceram laços sociais de identidade entre os quilombolas e os pesquisadores.

O tempo da pesquisa foi negociado insistentemente entre os quilombolas e os pesquisadores e cada etapa suficientemente arbitrada. A rotina estabelecida era comunicar os períodos de trabalho e montar estratégias de hospedagem, transporte, horários de oficinas. Indicamos estas formas de inclusão e respeito pelo tempo e práticas do grupo. Em correio de 12 de março de 2013, Manoel Clauberi Coutinho da Luz escreveu enviando a programação da viagem de campo para Quiandeuá. Em termos sucinto informava:

Programação de viagem para o Quiandeuá

Programação para o barco comandante Joso Filho

O barco do Sr. Joso na quinta-feira do porto de D.E.R. saída às 07h00min. Aurora do Pará. Chegar na sexta às 07h00min no porto da Ribeira em Ipixuna do Pará. Segundo a previsão do comandante, do porto da Ribeira até o Quiandeuá mais 4 horas de barco.

Programação de carro até o porto da Ribeira

Saída de Belém 04h00min chega por volta das 06h00min em Mãe do Rio onde eu estarei esperando por vocês, de Mãe do Rio até Ipixuna do Pará e para Ribeira com previsão de chegada às 11h00min. Onde o barco estará nos esperando com previsão de chegar a Quiandeuá 15h00min

Neste ponto precisamos indagar se os atrasos, os adiamentos por motivos sempre justificados e os quais regiram as relações administrativas e burocráticas da pesquisa representaram um desacato a um cronograma negociado com eles e também suas expectativas. Podemos recompor esse cronograma para entender como os intervalos longos interferiram nos quilombolas, nos pesquisadores. Como pesquisadores, reconhecemos um distanciamento que precisa ser dosificado para não provocar o desânimo. Quantas relações sociais de pesquisa caem no descrédito devido esses longos intervalos? Pierre Bourdieu (1989) ao lembrar que a pesquisa é uma atividade racional inferia também a necessidade de cronometrar (sem a rigidez do laboratório) os nossos tempos³.

Os pesquisadores Eliana Ramos Ferreira, Fernando Luis Tavares Marques e Rosa Elizabeth Acevedo disponibilizaram um tempo de pesquisa não contabilizado como custo real do Projeto. Nesse custo foram previstos 04 meses de bolsa. O fato de termos produzido 13 renovações, período nos quais tivemos novas atividades, a exemplo de reuniões no IPHAN, na FADESP representou uma doação extraordinária de tempo. Os quilombolas o mereciam e fazemos uma observação dessa distinção que nos parece fundamental e consequente.

O Contrato N° 06/2012 assinado em ato realizado no prédio do IPHAN está finalizando em junho de 2015. O tempo de duração previsto era quatro meses (junho a setembro de 2012) superou em mais de dois anos o previsto. Entre as instituições envolvidas foram tramitados e assinados 13 pedidos de prorrogação. A Coordenação do Projeto teve que superar dificuldades e produzir a compreensão de um processo burocrático que aos olhos dos

³ No relatório encaminhado em agosto de 2013 encontram-se observações sobre as implicações de demoras na liberação de parcelas, atraso no calendário de campo, retardo para receber o ISBN do álbum. Cada ofício justificando a prorrogação informa sinteticamente esses problemas no decurso da execução.

quilombolas também não fica claro. Certamente, tivemos os problemas financeiros de custos elevados.

No tocante ao orçamento do projeto desenvolvimos uma permanente posição de esclarecimento em relação à AQURC comunicando o valor total do financiamento. Na primeira reunião elaboramos um cartaz indicando o valor do financiamento recebido e administrado pela FADESP. No relatório da primeira reunião da equipe foi comunicado o que segue: A primeira observação é que o projeto foi aprovado no valor total de R\$ 67.955,40 (conforme Nota de Empenho Nº 2011NE 800294 de 27 de dezembro de 2011). Deste total deverá ser reduzida a taxa de administração da FADESP, calculada em 10%. A execução do projeto contará com a soma de R\$ 61.159,86⁴.

A observação final sobre a dinâmica da pesquisa responde ao interesse dos quilombolas de “envolver” crianças e jovens na execução do projeto. Essa solicitação foi atendida. Um resultado dela é visível nas fotos das oficinas e, ainda, na forma como o projeto foi internalizado na Escola. Os professores da Escola de Tapera participaram ativamente nas reuniões. Nessa Escola as crianças fizeram trabalhos de desenho do Engenho do Aproaga, inseridos nas páginas do Album Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim. Também eles convidaram os professores da Escola de Taperuçu com os quais dialogamos em três oportunidades. Reiteramos essa capacidade de inserir jovens no Seminário Patrimônio Cultural, Território e Memória, realizado no dia 13 de setembro de 2014 no Salão Paroquial da Igreja de São Domingos do Capim, com a presença de jovens estudantes da rede de ensino municipal e professores. Um grupo foi mobilizado nesse mesmo mês para ir a conhecer o sítio do Engenho Aproaga.

A execução do projeto de pesquisa reuniu um grupo de participantes e colaboradores eventuais, a maioria vinculada à Universidade Federal do Pará. Esse grupo com o qual mantemos uma dívida e o prazer de ter compartilhado diversas situações de trabalho e debate se ampliou com a formação da Comissão Editorial que balizou a publicação e esteve formada pelos professores doutores Cynthia Carvalho Martins vinculada à Universidade do Estado do Maranhão (UEMA), Alfredo Wagner Berno de Almeida, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e os professores Agenor Sarraf Pacheco, Diogo Costa, Flávio Bezerra Barros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará.

Finalmente, a presente pesquisa considera-se concluída e identificamos, convidando à FADESP e IPHAN conferir que

- Seminário final **Patrimônio Cultural, Território e Memória**, realizado no dia 13 de setembro de 2014 no Salão Paroquial da Igreja de São Domingos do Capim com a presença de quilombolas, estudantes, professores, secretários do governo municipal, convidados e pesquisadores.
- Publicação do Álbum Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim, de autoria de Rosa E. Acevedo Marin, Eliana Ramos Ferreira, Fernando Luiz Tavares Marques. 2014 (128 páginas)
- Exposição: “Povos do Aproaga: patrimônio e memória”
- Página WEB do Projeto.

⁴ Memória elaborada por Rosa Acevedo, em 2 de junho de 2012.

A esses resultados acrescenta-se a escrita do artigo:

MARIN, R. E. A.; FERREIRA, E. R.; TAVARES, F. L. M., MORAES, I. P.; LIMA, A., COUTINHO, M. C. L. . **Quilombolas do Aproaga, vale do rio Capim: território como eixo de identidade coletiva e patrimonialização cultural.** In. DOURADO, S. B. (Org.) ; ALMEIDA, A. W. B. (Org.) ; MARIN, R. E. A. (Org.) . PATRIMÔNIO CULTURAL: IDENTIDADES COLETIVAS E REIVINDICAÇÕES. 1. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. v. 6. P. .

Organização do livro

DOURADO, S. B. (Org.) ; ALMEIDA, A. W. B. (Org.) ; MARIN, R. E. A. (Org.) . PATRIMÔNIO CULTURAL: IDENTIDADES COLETIVAS E REIVINDICAÇÕES. 1. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. v. 6. 278p .

Em 2014 foram finalizados três vídeos makers e um vídeo com as identificações abaixo.

Figura 1. Capa do vídeo maker Arqueologia do vale do Capim

Figura 2. Capa do vídeo maker Os Antigos do Aproaga



Figura 3. Capa do vídeo maker Povos Tradicionais do Vale do Rio Capim.

Figura 4. Capa do vídeo. Ave Maria! Festa de Nossa Senhora de Nazaré no Quilombo do Aproaga.

No momento de escrever este Relatório Final temos assumido os compromissos de continuidade de divulgação do trabalho com as atividades seguintes:

- Ministras duas sessões de Seminário de Metodologia no Curso de Especialização em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação Latu Sensu (PPLS), como mais uma ação do Programa de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (Fipam), nos dias 20 e 22 de maio de 2015.
- Lançamento do álbum Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim, de autoria de Rosa E. Acevedo Marin, Eliana Ramos Ferreira, Fernando Luiz Tavares Marques no município de São Domingos do Capim, em combinação com a AQUARC.
- Para esse lançamento temos a proposta de trazer representantes de Associações quilombolas dos municípios de Bujaru, Moju, Cachoeira do Arari e Curalinho. A justificativa é concretizar o convite a conhecer este trabalho de pesquisa.
- Lançamento do álbum Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim, de autoria de Rosa E. Acevedo Marin, Eliana Ramos Ferreira, Fernando Luiz Tavares Marques no dia 1 de junho de 2015 na XIX Feira Pan-Amazônica do Livro, no espaço do Seminário Amazonas: arquipélagos de cultura e Memória.
- Programar o percurso da Exposição Povos do Aproaga: patrimônio imaterial e memória” no ano 2015 e 2016.

Retornando as primeiras questões abordadas neste relatório, novamente insistimos em reunião realizada no IPHAN no dia 23 de abril de 2015 sobre o pedido da PLACA a ser afixada no local onde estão os vestígios do Engenho Aproaga. Também estivemos no dia 30 de abril de 2015 no INCRA para ter conhecimento sobre o processo de documentação da reivindicação territorial dos quilombolas do Aproaga. A informação é que se encontra nas mãos da senhora Carolina Araújo, Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

- a) Confiamos que este Relatório Final seja lido pelos quilombolas do rio Capim e pelos técnicos do INCRA. Aos primeiros agradecemos a sua confiança. Aos Técnicos convidamos a compartilhar uma experiência de pesquisa que nos permitiu refletir nossas práticas. Caso essa leitura seja realizada, também facultara esse exercício tão necessário em um tempo em que a alteridade é nossa melhor linguagem.

2. TRAJETÓRIA DO PROJETO MEDIANTE O RETORNO AOS RELATÓRIOS

2.1 Pensar, fazer e escrever a história do vale do rio Capim

O projeto de pesquisa recebeu dois títulos. O primeiro é referido à versão técnica "Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser Realizado em Parceria com as Comunidades Locais" e o segundo encerra o conteúdo do objeto de pesquisa, a saber, "Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do Aproaga". Com base em uma série de estudos e reflexões se elaborou a pergunta: representa o Vale do rio Capim territórios de diversos grupos étnicos com relações sociais, econômicas e culturais permanentes? Sob essa perspectiva analisaram-se narrativas, documentos diversos e cartografia que informam sobre a diversidade cultural, os processos de territorialização dos diversos povos e as transformações ocorridas.

O levantamento de uma vasta documentação histórica sobre o Vale do Rio Capim constituiu o baldrame da pesquisa realizada nessa etapa, com maior intensidade nas instituições que mantêm essa memória documental: Arquivo Público do Pará; Biblioteca Pública – Centro Cultural Tancredo Neves – Sessão de Obras Raras; Centro de Memória da Universidade Federal do Pará; Comissão Demarcadora de Limites e Museu Paraense Emílio Goeldi. Nesse ir nas instituições citadas foi possível reunir as fontes documentais históricas que permitirão compreender o processo de ocupação do vale do rio Capim e sua diversidade étnica e organizar, sistematizar as fontes escritas e sintetizar seus conteúdos.

Tivemos ante nossos olhos os religiosos (Pe. João Daniel, Pe. Serafim Leite, Fr. João de S. José de Queiroz, Pe. Lustosa), os militares designados para realizar expedições nos séculos XVIII e XIX e, de forma especial, foram lidos os viajantes do século XIX (Antonio Ladislau Monteiro Baena, Spix e Martius, A. Wallace e J. Barbosa Rodrigues). Outro direcionamento da pesquisa histórica conduziu ao esquadramento da documentação dos Arquivos Ultramarinos.

Havia um interesse nessas buscas, qual seja organizar fontes iconográficas para a montagem de materiais para a Exposição e Álbum. Alguns levantamentos que constam do Relatório Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do Aproaga 47 páginas, (junho, 2012) apresentaram menor interesse para o debate da ocupação. Especificamente, os livros de Sesmarias consultados serviram para sistematizar, conferir dados da toponímia do vale do rio Capim, sem utilizar eles para explicar ou justificar os sistemas de apropriação, mediante posse, imposta pela colonização portuguesa.

A Comissão Demarcadora de Limites e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estão entre as instituições privilegiadas para o levantamento de mapas do século XIX e XX. De fato, nos movia o interesse pela cartografia. O que já se revelou a partir de mapas elaborados por J. Barbosa Rodrigues, do Museu Emílio Goeldi (1900). Esses mapas se constituem em peça obrigatória no Álbum e na Exposição.

No final da primeira etapa os pesquisadores reunidos apresentaram dossiês sobre a história da ocupação do vale do Rio Capim e identificaram-se informações para a Exposição e

álbum. Aqui é importante destacar que este seminário representou a decisão de produzir uma “inversão de tempos”, rompendo com uma linha de tempo, a partir de um marco arbitrário para chegar até o presente.

O álbum se notabiliza por um discurso de rupturas e de busca de significados. A história indígena começa pelo indígena que eles conheceram e se destacou por ser militar. Sobre a escravidão se estabelece a relação com uma senhora de apelido “Eva”, talvez a pessoa mais antiga que foi identificada na documentação pessoal havia nascido em 1903, quatro anos após o decreto de abolição da escravidão, em 1889. Essas escolhas destacam uma escrita da história fora dos marcos da ciência douda, do historicismo, o que não é fácil de quebrar.

Privilegiamos do primeiro relatório o debate historiográfico sobre o estudo dos vales, que circunscrevem uma região agrícola e leva a refletir a tradição historiográfica francesa que tem feito deles um objeto amplo de estudo. Excelentes trabalhos foram realizados por Emmanuel Le Roy Ladurie sobre o Languedoc. Nesta tradição o historiador Henri Lefevre escreveu sua obra: *La Vallée de Campan. Etude Sociologique Rurale*. 1963. A tese de doutorado de Omer Luquet - *La vie économique dans la vallée de Campan* (1935) havia dado início a esse tema de pesquisa. Mais recentemente, Georges Buissan escreve um livro de memória com o título: “Hier, en Vallée de Campan. Vie montagnarde et communautaire d’un village des Pyrénées centrales” (1999). Destarte, este projeto no plano, histórico e antropológico apresenta contribuições pontuais para a Amazônia, um universo de rios com história particular.

A formação social e cultural do Vale do Capim e a diversidade de povos indígenas, aponta para as rupturas provocadas pela colonização. As incursões pela parte ocidental, nas terras banhadas pelos rios andinos, deram mérito incontestado a Francisco de Orellana que se aventurou no curso do “Mar-doce de Pinzon” e, percorreu rios amazônicos até chegar ao delta, em 1542. O cronista Gaspar de Carvajal narra as aventuras que serviram de pegadas para o capitão Pedro Teixeira assim como os expedicionários Pedro de Ursua e Lopes de Aguirre. A lenda das civilizações banhadas em ouro toma conta do imaginário europeu sobre o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII. Nesse último século e no XVIII se intensifica a introdução de escravizados de África, e é na formação das unidades econômicas vinculadas à metrópole que se produzem os movimentos de protesto e negação da ordem escravista, com a organização dos mocambos ou quilombos.

O sentido de escrever sobre a construção deste segmento do Estado do Grão-Pará convida a refletir sobre um referencial teórico que considera que a história articula-se no duplo campo de relações: dos homens com a natureza e dos homens entre si. A segunda é refletir sobre os traços definidos pela colonização européia que procedem de uma visão teórica e metodologia da história social e da geografia. Para Hobsbawm a história social, ou melhor, a história da sociedade é a “história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos. E a história das sociedades e também da sociedade humana (...) ou de certos tipos de sociedade e suas possíveis relações (...) ou do desenvolvimento geral da humanidade considerada como um todo” (Hobsbawm, 1998: 92). Mais adiante o autor sugere elementos importantes que se aproximam do interesse da abordagem aqui esboçada para o estudo das sociedades coloniais

No plano metodológico esta pesquisa usufruiu de um instrumento para compreender e se quer transformar o mundo que é a cartografia. Procedeu-se a identificar os mapas como ferramentas analíticas no estudo das encruzilhadas dos vales do Tocantins, Moju, Acará, Guamá. Entre os autores cotejados para a descrição do rio Tocantins e alguns dos seus afluentes - Moju, Acará, Guamá e Capim estão o Pe. Jesuíta João Daniel (1775), Spix e Martius (1825), Antonio Baena (1839) e Gama Abreu (Barão de Marajó). A temporalidade desses

autores é também uma seqüência de acréscimos de referências e de preocupações. João Daniel, Spix e Martius situam-se em um contínuo do mundo colonial. O primeiro é um observador que desde sua formação intelectual e religiosa compartilha do projeto de transformação colonial. Já os dois naturalistas bávaros instrumentalizam o conhecimento científico de sua época e são observadores da ruptura política do mundo colonial. Baena situa-se no campo científico e produz conhecimentos para o controle da elite dominante de extração colonial. José da Gama Abreu (Barão de Marajó) escreve na Amazônia do auge da borracha e da modernização da sociedade e tem referências para seus estudos corográficos os autores anteriores e suas observações criteriosas.

Os cursos de água descritos distinguem o primeiro círculo de agricultura comercial do Pará. Nestas terras se organiza o empreendimento agrícola, com algumas unidades organizadas no modelo da plantation (cultivo de cana e cacau). As densidades demográficas mais elevadas do vale amazônico destacam-se nos povoados e lugares deste segmento quando objetos dos recenseamentos coloniais. O rio Capim será destacado pela extensão do seu curso. Cálculos recentes negam os 900 quilômetros mencionados pelo Barão de Marajó, entretanto, não pode ser desmentida as vantagens do seu tamanho, navegabilidade apesar do seu curso sinuoso.

Sobre esse rio se formulam perguntas. Quais as marcas da ocupação da terra e das estruturas agrárias, originadas no oitocentos, que se encontram no rio Capim do século XIX e em décadas mais recentes? São Domingos do Capim tem sua origem remontada ao século XVII, e vincula-se ao processo de ocupação e colonização e controle de terras coloniais no Estado do Norte, em particular as incursões nos rios Tocantins e Guamá e em direção às proximidades da divisa do Pará e Maranhão onde se estabeleceram “fronteiras administrativas” entre os dois Estados e a criação de capitânias.

No século XVIII, o mundo rural desta região, aqui definida como o primeiro círculo de agricultura formado a partir de Belém, é descrito em termos de uma certa opulência por João Daniel. A descrição do rio Moju projeta-se como cenário também dos rios Acará, Capim, Guamá e ainda o Tocantins.

Por longo tempo esta paisagem de sítios e quintais, continuou sendo dominante sobre um componente urbano mais de Belém do que daquela vila de Santa Anna do Rio Capim. A exploração das madeiras de lei das florestas banhadas pelo rio Capim, ao igual que o rio Acará foi a primeira atividade organizada pelos administradores coloniais. As Fábricas Reais de Madeira organizavam-se no último quartel do século XVIII e abasteciam o Arsenal de Belém e parte importante do produto era exportada (Rocque, 1967, Angelo-Menezes, 1998, 1999). Essa exploração chegou a produzir, no decurso de várias décadas, a extinção de espécies, o que ocorreu com o pequiá (*Caryecar villosum*), madeira resistente utilizada para construção de navios. Faltando angelins (*Dinizia excelsa*), paus-d’arco (*Tabebuia serratifolia*) e o próprio pequiá solicitavam-se toras de madeira nas povoações que funcionavam em rede de abastecimento. As fábricas instalaram-se em Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, Conde, Baião, Beja, Cametá, Acará ou no Moju; nestas três últimas instalaram-se as maiores fábricas e igualmente se têm os registros de rápido esgotamento das espécies citadas (Angelo-Menezes, 1998, 1999).

Baena descreveu os pormenores da viagem:

remontara o rio Capim até ao Arraial de Santa Cruz; do qual vogara pelo rio Suribuju, braço do Capim; que da parte superior deste braço transitara por terra até a maior proximidade das vertentes do rio Gurupi onde vira os Gentios Amanajos: que daqui através de tabocais, ribanceiras, charaviscas, penedias, longos tremedais e Silvícolas feroces, chegara à beira do rio Pindare, construira canoas de paus, e nelas descera até a Vila de Monção, onde entrara a três de Novembro; de cuja Vila se dirigira a Cidade de São

Luiz do Maranhão, e nela fora bem recebido pelo Capitão General Governador Dom Diogo de Souza. (Baena: 1969: 238)

E conclui dizendo que o Rio Capim não tem curso extenso, e que por isso “não da toda a facilidade de transito para as Fazendas de criação de gado do Piaui ou das Aldeias Altas” Esse resultado transtornou o projeto do governador que tinha com esse plano a idéia de tornar Belém menos dependente das fazendas de gado da ilha de Jonaes. O governador tinha receios com o futuro do fornecimento de gado, pois a população da cidade crescia e o abastecimento de carnes por parte das fazendas não era suficiente. As fazendas necessitavam uma melhor administração para dar essa garantia. Ainda mais, no caso de ocupação da ilha por qualquer nação com *projetos hostis contra a Capitania* estariam privados os moradores da cidade do provimento de carnes. (Baena: 1969: p. 239).

Os rios Guama, Capim e outros, segundo Spix e Martius eram “regiões ainda em parte muito pouco procuradas” e ainda que pudessem dar “considerável desenvolvimento à afluência dos artigos de exportação” tinham “restrita operosidade” devido, de um lado, à mingua de grandes capitais e, por outro lado, ao “gênio pacato do paraense” que se satisfaz com menor lucro. A vila de São Domingos da Boa Vista foi estabelecida na confluência dos rios Guamá e Capim foram estabelecidas nos Boxs a seguir é organizada a descrição deste rio.

A perspectiva da demografia histórica foi refletida ao longo do trabalho, com destaque para os processos de adensamento e diversidade dos modos de vida. A demografia do período colonial é um tema pouco abordado na historiografia. Não se trata de falta de documentos, pois na metade do século XVIII já se tem conhecimento de “cinco recenseamentos gerais: 73; 78; 83; 89 e 97, enquanto algumas freguesias tornaram-se objeto de registros especiais, como Macapá” (Kelly apud Veloso; 1998: 07). Esta lacuna é mais acentuada em relação às unidades menores como os denominados lugares Índios, pois apesar de termos diversas listas, a Historiografia não deu conta de explicar os processos demográficos mais gerais como distribuição por sexo, idade, crescimento e mortalidade. Os dados demográficos das Vilas de Mojú, Guamá e Acará revelam processo dinâmicos no econômico e social. Essas freguesias que se destacam, segundo o Padre João Daniel, por ser as mais povoadas do Estado do Pará e atribuiu esse adensamento ao fato de estarem mais próximos da cidade (apud Acevedo, 1998). A demografia Histórica é fundamental para aprofundarmos o nosso conhecimento acerca do desenvolvimento da população de um país, estado, cidade e/ou localidade.

Já no primeiro século da ocupação portuguesa registraram-se dados de quedas brutais, em especial na várzea, nas terras povoadas por diversas tribos. No espaço amazônico será operada uma reorganização do trabalho e da população nativa, sobretudo indígena e negra. Esse fato ocorrerá principalmente a partir da implementação do Diretório dos Índios (1755). Assim, com esta legislação, os antigos aldeamentos que estavam sob controle dos religiosos desaparecem e se inicia uma nova fase de mobilização dos trabalhadores, desta vez responsável pelo esvaziamento de algumas localidades e pelo crescimento de novas vilas.

Dessas vilas, as relativamente próximas da capital experimentaram mais rapidamente a distribuição de terras, a destinação para agricultura e receberam o maior grupo de escravos. Esse mundo agrário era basicamente dependente do trabalho de pequenos, sitiantes médios sesmeiros, mas principalmente de um considerável número de arrendatários, agregados e também de escravos. Sendo cenário de revoltas e formação de quilombos na região.

A partir dos estudos de Rosa E. Acevedo Marin, que as freguesias de Acará e Mojú destacavam-se como as mais povoadas do Estado do Grão-Pará nos séculos XVIII e XIX. Sendo que Mojú, bem como outras paróquias rurais (São Domingos de Boa Vista, Bujarú e Igarapé-Miri) despontavam pelo seu número significativo de escravos.

Figura 5. Tabela População de lugares situados na margem direita do rio Tocantins

Lugares	Moradores
São Domingos do Guamá	670
São Bento, no rio Capim	100
Sant'Ana, no rio Capim	585
Espírito Santo de Moju	2.000
São Miguel do Guamá	310
Santa Ana de Tarauaçu	800
Total	4.465

Fonte: Spix e Martius, 1961:

Essa parte oriental da província concentrava 34,6% dos escravos, segundo os dados organizados por Baena nas vésperas da Independência, e compreendia o conjunto das freguesias ou paróquias rurais.

Figura 6. Tabela Paróquias rurais da comarca da Capital, em torno de 1823

Paróquia	Total	Moradores	Escravos	% pop. Escrava
São Domingos da Boa Vista	1929	882	1047	54,3
Rio Capim	1655		663	40,1
Rio Bujaru	1714		915	53,4
Rio Acará	2976		1437	48,3
Rio Mojú	3157		1728	54,7
Igarapé Miri	3573		1839	51,5
Abaeté	4064		1639	40,3

Fonte: Baena, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, 2004.

Segundo Baena (2004: 244) a freguesia de São Domingos da Boa Vista era favorecida na contagem dos moradores aparecendo com mais do que realmente tinha pois os paroquianos dos igarapés Jurujaia⁵, Jabuticacá e Jacundaí se desobrigavam da quaresma naquela freguesia que lhes resultava mais perto.

A constituição de um mundo rural nessas áreas foi extremamente marcado por fazendas e fazendolas, concentradas em mãos de proprietários ausentes, ou seja, geralmente

⁵ Como já foi mencionado esse igarapé é um afluente esquerdo do rio Guamá e constituía um dos limites do município em 1833.

moradores em Belém e plantadores de cana, como foi bem observado pela historiadora Ana Renata de Lima, que tiveram sua economia baseada, especialmente, na agricultura e extrativismo. A força de trabalho desse mundo agrário era constituída basicamente pelos pequenos sítiantes, médios sesmeiros, mas, sobretudo contava com a participação massiva de arrendatários, agregados e escravos. Além da formação de quilombos e da relativa concentração de terras nessa região, conhecida hoje como Zona Guajarina. Todavia, são as formas de trabalho compulsório que vigoraram na sociedade amazônica pós-colonial, inserindo camponeses, índios e escravos negros em relações étnicas pautadas pelas desigualdades e exclusão próprias dos sistemas de estratificação da sociedade colonial e neo-colonial.

O ante-penúltimo capítulo deste Relatório situa a questão da apropriação e distribuição da terra e dos recursos, interpretada a partir da instituição da sesmaria. As Cartas de Sesmaria ou Carta de Data e Sesmaria constitui um documento legal que pode ser objeto de leitura etnográfica obedecendo a uma decomposição e sistematização de informações que se apresentam esquematizadas e rotineiras. Entende-se que essa leitura permita interpretar um discurso datado sobre o local, a natureza e a paisagem, sobre os recursos e seus usos, sobre as formas jurídicas e suas múltiplas adaptações. Um discurso que revela a geografia e a ecologia com os limites que um documento produzido para demarcar uma concessão e seus elementos que ficam ditos nas suas linhas e entrelinhas. Essas peças são empregadas para definir, quase exclusivamente, os agentes beneficiados e as assimetrias da distribuição da terra que é facultado por essa concessão.

Outras perguntas podem ser feitas á carta de sesmaria: Que recursos e situações de uma natureza a ser transformada tornam-se conhecidas no discurso da carta de sesmaria? Que visões de natureza estão orientando os homens da época? Que técnicas de transformação da natureza começam a expandir-se? Como se fala dos limites tecnológicos e preocupações da intervenção sobre os ecossistemas? Quem está identificando e nomeando os elementos da natureza que estão sendo descobertos? Que dificuldades e conflitos surgiram? Desta forma, o discurso da carta de sesmaria é colocado em dialogo dinâmico com diversos questionamentos que surgem de uma leitura detalhista.

As cartas de Datas para o rio Moju, Acará, Guamá e Capim como o conjunto dessa documentação encontram-se organizadas em 20 volumes, disponível no Arquivo Público do Estado do Pará. Nesta fonte estão as transcrições dos pedidos de concessão, aprovação, confirmação ou anulação que existe nesse Arquivo. Entretanto é possível conferir outras que estão digitalizadas a partir de documentos cujos originais encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino e hoje disponíveis em CD-Rom e que correspondem as primeiras doações.

O procedimento para a leitura das cartas de sesmarias que foram concedidas e se situavam às margens dos rios Moju, Capim, Guamá e Acará e igarapés afluentes ou ilhas busca construir momentos da ocupação colonial. A esses documentos formulamos quatro perguntas: é possível identificar, mesmo que aproximadamente, quais foram os igarapés e rios que entraram na partilha de terra colonial e porque foram estes os escolhidos? Que forma de ocupação econômica transformou a natureza nesses espaços e em que ritmos? Existem traços dessa ocupação que permaneceram como marcas e que impactos produziram sobre fauna, flora, recursos hídricos, solos e, em especial, sobre os grupos sociais que entraram em relação durante esse processo de ocupação? Que balanço se teria dessas áreas, em uma comparação do século XVIII e metade do século XX?

Nesse ponto é preciso situar uma preocupação que permanece até o presente: a validação desse documento, fonte de poder por instituir a legalidade do controle e apropriação da terra. Correlata a essa validação está o estabelecimento da cadeia dominial e a mensuração. A questão da mensuração e estabelecimento de marcos confiáveis foi preocupação dos administradores e dos beneficiados, em especial quando estava de por meio conflitos com confinante ou ambição de tomar conta de novas terras. No final do

século XVIII o governador do Estado do Pará propõe a criação de uma Escola Pública e no regimento provisional tanto o governo civil como o eclesiástico podiam além de nomear professores para as “cadeiras dos estudos menores, ... a exigência de examinar o subsidio literário e o número e qualidade das Cadeiras”. Nesse ato foi criada a Cadeira de Aritmética, Geometria e Trigonometria que segundo Baena formaria...

O sentido dessa análise e da própria recomendação da carta do Governador é de formar técnicos para fazer o registro e reconhecimentos das sesmarias indicando esse perito os limites, portanto, as técnicas de controle do espaço e de uma cartografia do poder estão sendo desenvolvidas. Essa intervenção estava visando os ecossistemas pois solicita-se dos topógrafos as descrições dos territórios e essa informação devia passar para as autoridades, os primeiros a estabelecer seus domínios. Os pontos aqui situados situam-se em um referencial teórico que considera que a história articula-se sobre no duplo campo de relações: dos homens com a natureza e dos homens entre si.

A leitura deste quadro informando as sesmarias doadas na região dominada pelo rio Moju e pelo rio Capim facilmente leva a concluir sobre a expansão da lavoura sobre o primeiro rio, enquanto no Capim com dificuldade se estabeleciam os empreendimentos de cultivo de cana. A explicação era a “falta de braços” e a utilização no serviço manual de “grande número de Escravos Índios”.

A formação de quilombos de índios e de escravos africanos no vale do rio Capim encontra apoio no estudo de Flavio Gomes sobre a escravidão na Amazônia, o qual elabora descrições historiográficas sobre a construção de uma malha de relações, trocas econômicas e sociais entre os fugitivos e os escravos, com grupos indígenas, negociantes, pequenos proprietários e eventualmente fazendeiros. Essa visão rompe com a idéia do isolamento, posto que “os mundos criados pelos quilombolas, acabam por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e toda a sociedade envolvente” (GOMES, 2005, p. 30). Na discussão do historiador a “resistência” escrava é elaborada sob as visões de “liberdade” e o que concebiam estes agentes históricos como escravidão. Nesse entendimento as visões cotidianas adquiriram conteúdos políticos sutis, mais profundos para suas vidas. As lutas cotidianas revelam a resistência em novas dimensões. As transformações históricas das experiências concretas de luta conduzem ao enfrentamento aberto contra os senhores, as insurreições, a formação de comunidades de fugitivos como os quilombos. Gomes assinala ainda as dimensões históricas diversas de variadas formas de protesto que “só podem ser classificadas no emaranhado dos significados adotados pelos seus agentes” (2005, p. 31)

As comunidades formadas por fugitivos ou quilombos caracterizam formas de protesto reivindicatório, geralmente, constituídos por escravos pertencentes a uma mesma localidade ou fazendas. Eles procuravam manterem-se refugiados nas terras do seu próprio senhor. Podiam durar meses ou anos. Contrário, a visão de isolamento, o quilombo se constroeu em uma teia de relações sociais e de poder.

Gomes (2005) apresenta a metáfora de “uma floresta de fugitivos” para compreender os meandros de como se organizaram e existiram essas comunidades no Grão-Pará. São vários os planos para elaborar essa descrição - os rios e igarapés se constituíram em um domínio espacial necessário para a experiência da fuga e as estratégias bem sucedidas dependiam desse conhecimento. Quando, mais frequentemente, ocorriam as fugas? Gomes elenca o “tempo de festa” como propício. Os quilombolas procuraram os lugares que facilitavam as trocas mercantis. As alianças e solidariedades entre vaqueiros escravos e quilombolas é citada pelo autor como particular ao universo da ilha de Marajó. E como se formaram algumas comunidades de fugitivos no rio Capim.

A designação “mocambo de índio” encontrada na documentação define os grupos de índios que fugiam e formavam comunidades no interior da floresta. Desde 1752, Gomes (p. 65) confere expedições contra os mocambos de índios e entre os lugares citados está o rio Capim, em 1764. Os indígenas fugiam dos aldeamentos, das vilas e diretórios que foram

estabelecidos na década de 1750. Também o faziam dos grandes empreendimentos coloniais (Fortaleza de Macapá, igrejas, serraria real) e das fazendas. As localidades estão referidas a outros povoados, lugares e conseguiram extrapolar as fronteiras coloniais.

No Rio Capim, na povoação de São Bento foi referida a situação dos indígenas adscritos ao Diretório que se levantaram contra as ordens de recolhimento do produto das suas roças. O documento em questão assinala que tinham sido recebido 190 alqueires e diante das ordens não sabia se levar presos os que se recusavam a entregar a farinha. Essa autoridade, na mesma data escreve para comunicar a fuga de escravos indígenas e a morte de quatro.

As fugas freqüentes dos empreendimentos organizados pela lavoura canavieira estão presentes nos documentos indicando as orientações dos fugitivos. Maia (2002) aponta que as fugas do Capim, Igarapé Miri, Moju e Cametá não raro significava buscar esconderijo em Belém, cidade onde podiam ter parentes e amigos. Foi esta a suspeita que tinha o Coronel José Calisto Furtado quando noticiou a fuga do escravo Francisco Ayres, declarando que lhe constava: “ter fugido para o Guamá, d’onde foi comprado ou anda(va) vagando pelos suburbios da capital”. (MAIA, 2002, p. 10). Venceslau escravo fugido do Capim foi igualmente suspeito de estar acoutado na capital.

Os documentos históricos informam os movimentos e direções das fugas. O rio Capim, próximo da região de Turiaçu e Gurupi, permitiu elaborar rotas de fugas em direção ao Maranhão. Este primeiro se destacou e desde o Quartel ali instalado realizavam-se as expedições de captura.

Esse capítulo encerra com a descrição dos **Engenhos do Aproaga e de Taperuçu que se localizaram no** baixo curso do rio Capim encontra-se o sítio do Engenho Aproaga e descendo mais 30 km, a margem esquerda está o de Taperuçu. Próximo à vila de Santa Anna do Rio Capim foi objeto de várias referências elaborada por viajantes. Na relação de sesmarias doadas no rio Capim retém-se a informação relativa aos engenhos Aproaga e Taperuçu. Embora a existência de um engenho “de moer canas e de descascar arroz” fique ampla demais. Mas adiante, citam-se Engenho que no “anno passado mais avoltou” precisava de “hú lote de Prettos que bem caresso para hir Cuidar em nova safra” este fabricava açúcar com poucos operários e tanto o engenho como as plantações estava em dificuldade por falta de escravos. E, em seguida, destaca-se o engenho fundado em 1750 que pela descrição poderá ser o engenho do Aproaga. Segundo a sesmaria identificada estaria circundado por “terras mais férteis próprias para fabricar asucar, [sempre] também impenhandome quanto pude naperfeição, e grandeza do mesmo Engenho tanto em Cofres, como na Estrutura de cazas, Fornalhas” ... No “serviço manual (...) grande número de Escravos Índios.

O Mappa das Famílias das Capitânicas do Estado do Grão-Pará – 1778 informa sobre Andre Miguel Ayres, branco, casado, Mestre de Campo que era dono de Engenho em Santa Ana do Rio Capim e que possivelmente foi o fundador deste Engenho por volta de 1750. No mesmo mappa para a freguesia do Rio Capim são mencionados nomes familiares: Taperinha, São Bento, Maracaxi.

Tanto o engenho Aproaga quanto o Taperuçu pertenceram a Vicente Miranda, ou Vicente Gallego como escreve Barbosa Rodrigues, em 1875. Pedro Vicente Chermont de Miranda, filho de Vicente herdou o engenho. Trabalho que estabelece com clareza a localização e origem dos engenhos e da fazenda São José.

As notícias sobre os engenhos encontra-se em trabalhos de viajantes. Alfred Wallace, descendo o rio Capim, em 1848, visitou a “Fazenda São José”, de propriedade de um homem identificado apenas como Sr. Calisto. Encantado com o lugar anotou que haviam acabado de ser construído um conjunto de moinhos e silos de arroz, “uma das mais modernas edificações” que o inglês conhecera na região. Pois bem, disse ainda o seguinte sobre a mão-de-obra utilizada no local:

Em novembro de 1844, o Coronel José Calixto Furtado fundou o “vistosos engenho” da Fazenda São José que estava situado a margem esquerda do rio Capim, localizado a seis mil

milhas acima de Santa'Ana, na frente do sitio São Joaquim. Barbosa Rodrigues (1875) o descreve como o "único que possui maquinas com todos os melhoramentos modernos e de grande custo para o descarçamento do arroz e moagem de cana". Exportava arroz, açúcar, cachaça, farinha e tinha mais de cem indivíduos engajados nos trabalhos. Calixto Furtado era dono de oito leguas do rio Capim, no qual estava incluído o sítio Carmo.

O denominado Documento Aproaga é o elo que permite ao historiador adentrar ao passado para tentar elucidar as inquietações manifestas no presente. E uma das inquietações emana das margens do rio Capim, no entorno do "Casarão da Fazenda Aproaga". No Cartório "Licínio Rodrigues", Município de São Miguel do Guamá, no Registro de Imóveis, Livro -F, número de ordem 991, consta a Adjudicação⁶ realizada entre "Flávio de Azevedo Lobato, Comerciante, domiciliado em Belém à rua S. Jerônimo, numero tresentos e trinta", adquirente da Fazenda Aproaga, ao transmitente "Companhia Barcelos Industrial Limitada". Na descrição do "Carateristico e Confrontações" está registrado que se trata de "Terras com a denominação geral de "Fasenda Aproga", à margem direita do rio Capim, pertencente a esta Comarca, com uma área total de mil oitocentos e oitenta e três hectares e vinte e oito ares, constituída por diversas posses com as denominações: Cacaual, "Engenhoca", "Foz do Jaraná", "Alcobaça" e "Curuçaçmbá", adquiridas a extinta Firma Industrias Reunidas "A. Pinheiro Filho Companhia Limitada", da Praça de Belém, por escritura publica lavrada em Londres, Inglaterra e ratificada em Belém do Pará, nas notas do Tabelião Doutor Edgar Chemornt, em quatro de Julho de mil novecentos e trinta e um, livro numero dusentos e sessenta e seis e folhas cento e cinco, terrenos esses acrescidos com vários lotes encravados na Fasenda Aproaga e adquiridos posteriormente e que se acham integrados sob aquela denominação e que são os seguintes: Um lote adquirido a Alexandre Coutinho e sua mulher, por escritura publica lavrada em notas do Tabelião Doutor Edgar Chermont, em trinta e um de Maio de mil novecentos e vinte e oito, livro dusentos e sessenta, folhas cento e noventa e dois, outro adquirido aos herdeiros de Manoel Prestes da Silva, por Carta de adjudicação dada e passada pelo Doutor Osvaldo Otacilio Gomes, Juiz de Direito de São Domingos do Capim e expediente do escrivão Raul Nazare Ferreira Rosa, em onse de Maio de mil novecentos e quarenta (...)"⁷

Por esse registro do ano de 1942, pode-se inferir que a "Fazenda Aproaga" constituiu-se a partir de um conjunto de diversas posses de Terras, "denominações: Cacaual, "Engenhoca", "Foz do Jaraná", "Alcobaça" e "Curuçaçmbá", sitas à margem direita do rio Capim, perfazendo uma área total de mil oitocentos e oitenta e três hectares e vinte e oito ares. O documento fornece-nos ainda pistas para um possível desvelar (revelar) da história das posses das referidas terras, ao indicar as transações de aquisições e transmissões. As terras supracitadas, foram (...) adquiridas a extinta Firma Industrias Reunidas "A. Pinheiro Filho Companhia Limitada", da Praça de Belém, por escritura publica lavrada em Londres, Inglaterra e ratificada em Belém do Pará, nas notas do Tabelião Doutor Edgar Chemornt, em quatro de Julho de mil novecentos e trinta e um (...). Escritura lavrada em Londres e ratificada em Belém, de uma firma extinta. Contudo, outras 'porções' de terras foram adquiridas sistematicamente, como informa o referido registro:

Um lote adquirido a Alexandre Coutinho e sua mulher, por escritura publica lavrada em notas do Tabelião Doutor Edgar Chermont, em trinta e um de Maio de mil novecentos e vinte e oito, livro dusentos e sessenta, folhas cento e noventa e dois, outro adquirido aos herdeiros de Manoel Prestes da Silva, por Carta de adjudicação dada e passada pelo Doutor Osvaldo Otacilio Gomes, Juiz de Direito de São Domingos do Capim (...)

⁶ Adjudicação: ato judicial que dá a posse e a propriedade de determinado bem.

⁷ Cartório Licínio Rodrigues. Registro de Imóveis, Livro nº 3-F.

De forma incontestável esta aproximação histórica mobilizou o pensamento para um encontro e percorrido de barco, descendo o rio Capim. Mas, essa iniciativa somente se mostrou na sua dimensão integral, após a oficina para abordar as notoriedades do vale do rio Capim com base na narrativa dos que nele moram, o transitaram e produzem o conhecimento vivo, ausente da descrição histórica.

2.2 Domínios religiosos e políticos da festa no território quilombola dos Povos do Aproaga

Em 07 a 09 de setembro de 2012 ocorreram fatos relevantes no Projeto. O primeiro foi a apresentação do mesmo em uma assembleia convocada pela Associação dos Quilombolas Unidos do Rio Capim. O segundo a participação na festa em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré e a oficina de descrição e desenho do vale do rio Capim pelos quilombolas. Finalmente, é imprescindível assinalar a denúncia dos destroços do sítio Aproaga, No dia 03 de setembro de 2012. No relatório está escrito:

Os quilombolas informaram, com aflição que no dia 3 de setembro havia ocorrido um ato de destruição de parte das paredes do edifício e ainda derrubada de açais. A ocorrência causava sofreguidão entre eles, que desejavam mostrar as sequelas deste ato criminoso. O final da tarde e a “surpresa” de uma chuva impediu uma observação cuidadosa. Não foi possível fazer boas fotografias e retornamos a Sauá-Mirim para concentrar-nos na festa.

A senhora Ana Cristina Ferreira da Silva lavrou o Boletim de Ocorrência, posteriormente entregue no IPHAN. Nessa tarde do dia 8 de setembro, subimos o rio Capim para retornar ao Casarão do sítio Aproaga, situado quase a frente de Ipixuna. O Sr. Pitada nos conduziu na sua canoa, a motor. No Aproaga foi dedicado mais tempo às observações, mais sistematizadas do sítio arqueológico. Como já dito o ponto ressaltado pelos quilombolas é a destruição do patrimônio do Aproaga.

O fato de termos sido os pesquisadores convidados para observar a festa, com o consentimento dos seus organizadores e que nos brindaram uma acolhida calorosa também nos deu a responsabilidade de apresentar na próxima oportunidade de trabalho de campo entre os quilombolas do Aproaga de um “filme” com base nas gravações feitas, igualmente as fotografias. No dia 8 de setembro se realizaria a procissão da virgem Nossa Senhora de Nazaré, saindo de Ipixuna, na casa do Sr. Gumercindo para a igreja de Sauá-Mirim.

Neste dia foi combinado que se realizaria a reunião com os quilombolas para a) apresentar o projeto; b) sistematizar as informações e vivências dos quilombolas no alto e médio Rio Capim. Contudo, houve dificuldades no horário e estavam somente 12 pessoas, grupo este que contribuiu em uma oficina na qual foram descritos os povoados que se encontram a margem das curvas do rio Capim. Em alguns momentos eram assinalados os sítios históricos que surgiam da memória do Sr. Mauricio e do Sr. Antonio. Na sequência estaríamos em Sauá-Mirim, Ipixuna, o sítio do Aproaga. Fizemos o trajeto entre Sauá-Mirim e Ipixuna pelo ramal, recém recuperado. O carro que nos conduzia nos aguardava do lado da Escola do segundo povoado.

Cruzar o rio Capim, do Aproaga para Ipixuna foi um aprendizado sobre este curso de água, com canais e áreas pedregosas, nessa estação do ano que exigem conhecimentos especiais para ser navegado. Como já dito cruzamos o rio para chegar até a casa do Sr. Gumercindo e estar presente no horário das rezas e saída da procissão fluvial. Mais de uma dúzia de barcos estava apostada na frente da casa do festeiro para conduzir a Santa.

Nas primeiras horas da manhã do dia 9 de setembro estivemos no povoado Benevides. A visita foi fundamental para adentrar na história deste lugar. As primeiras famílias viram perder as matas com a instalação e funcionamento de uma grande serraria com o nome de Madeireira Benevides. Esta funcionou na década de setenta e entrou em falência no final dos anos noventa. As famílias antigas também foram desapropriadas para abertura da PA-253. A informante principal foi dona Guida que nasceu no povoado e experimenta novamente tensões pela ameaça de perda do território.

Após esta fase de trabalho de campo em Benevides, por mais de duas horas, atravessamos na balsa para a margem esquerda do rio Capim e seguimos o ramal até Sauá-Mirim onde um grupo numeroso aguardava a reunião ampliada convocada para apresentar o Projeto *PATRIMÔNIO IMATERIAL, TERRITÓRIO E MEMÓRIA DOS QUILOMBOLAS DO APROAGA*.

O Relatório tem o título **Etnografia da festa no Vale do rio Capim** ressaltando observações, fotografias, registros de imagem e voz deste corpus da vida social dos quilombolas e que teve significado destacado no trabalho de campo.

No trecho do médio rio Capim a tradição de festas religiosas tem como principais protagonistas os quilombolas. As festas de Santo da atualidade são herdeiras das tradições das antigas Irmandades. As comemorações compreendem um ciclo de festas de santo no segundo semestre. A padroeira de Sauá Miri, Nossa Senhora de Nazaré, é objeto de devoção em setembro. No final do ano, em Taperinha é realizada a festa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, que a Sra. América dos Santos insiste em apresentar como a tradição mais antiga. A imagem ela recebeu do Sr. Pedro Chermont de Miranda que teria trazido de Portugal.

Essa imagem é conservada e vigiada com grande zelo pela Sra. America. Hoje é guardada em um novo oratório que a sua dona recebeu de uma equipe do Projeto Rondon. Provavelmente, neste ano, será realizada a festa de Nossa Senhora da Conceição, após um tempo em que não ocorre a festividade.

Os povoados epicentros da festa são Taperinha e Sauá-Mirim. Com a vantagem desta última de possuir uma pequena igreja. A Sra. America sonha com ter uma pequena igreja ou um oratório para guardar sua Santa. A preocupação com Nossa Senhora da Conceição é diária, pois ela teme o roubo da imagem. O altar e oratório da Virgem fica na sala dormitório da casa de madeira, visível a quem entra nela.

No salão de festa estavam os objetos do leilão (frutas, pato, galinha, pimentinha) do dia 08 de setembro. Em um espaço lateral do salão foi utilizado como cozinha e na posterior jovens e adultos trocavam de roupas e guardavam objetos. Na adjacência do salão de festa estavam penduradas as redes e os primeiros a entrar nela eram as crianças menores.

A noite de louvação trouxe a Sauá Miri pessoas de Taperinha, Ipixuna, Alegre Vamos, Benevides que conformam o território quilombola. Também vinham convidados de São Mateus, de Santa Ana, do DER, de São Fernando. A maioria chegava em canoas e rabetas. O tapiche e a igreja se uniam neste momento.

As comidas servidas incluíam o mingau de milho, porco com baião de dois, arroz com carne de porco, frango com arroz. Somente era vendido água e refrigerantes. As guloseimas da cidade eram o “moranguinho, bombom e chiclete.

A cerimônia de louvação foi realizada fora da igreja. Os bancos foram dispostos em forma quase concentrada, na frente da aparelhagem. As oito horas da noite, depois de inúmeros ensaios de adaptação do som, iniciaram os cantos e rezas. Não havia autoridade sacerdotal. Um jovem assumia o ritual e havia espaço para as pessoas fazer suas preces. Uma

delas foi feito por uma senhora que havia perdido o filho há 14 dias e narrava sua dor e suas compensações e conforto na oração.

Este momento de festa se prolongou até 4 horas da madrugada e sua principal organizadora, a Sra. Teresinha fez no dia 8 de setembro o balanço de que havia sido uma “festa excelente” no qual tinham recuperado as despesas e se sentiam alegres pela confraternização realizada.

A festa mobiliza os jovens do sexo masculino. Eles se mostravam vaidosos, lucindo os seus cortes, penteados, cor de cabelos e gestos. As melhores roupas são reservadas para esse dia.

A mãe de uma adolescente se aproximou no lugar onde estávamos para relatar que havia proibido a sua filha vir à festa, pois ela não tinha “vestido, nem calçadura”. A jovem “fugiu de casa” sem dar aviso e a mãe tinha vindo a sua procura. Ela mora em Santa Ana e foi confortada na sua aflição por outra senhora que lhe dizia que ela estava com amigos.

Podiam contar-se sem exagero umas duzentas pessoas que agiam de forma circunspeta e silenciosa no ato de louvação. Seus rostros compenetrados mostravam um estágio de nirvana, atentos aos cantos, segurando as velas, movendo-se em silêncio para estar mais perto do coral que se instalou do lado da aparelhagem e que secundava o mestre do ritual.

A imagem da Santa encontrava-se na casa do Sr. Gomercindo e dali devia sair e seguir pelo rio até Saua-Mirim, no dia 8 de setembro. Novamente, os barcos, canoas, rabetas se reuniram no trapiche desta residência. Antes da despedida da Santa todos rezavam e faziam gestos de elevar os braços, em sinal de aproximação entre eles mediados pela Santa.

O corpo dos que participam destes rituais delinea movimentos parcimoniosos, com serenidade. O corpo individual acomoda-se ao que o ritual coletivo indica necessita ser executado pelos corpos - seja ficar em pé, elevar as mãos, dirigir o olhar.

2.3 O vale do rio Capim apresentado pelos quilombolas

Desde a chegada a vila de Santa Ana onde ficamos hospedados foi iniciado o levantamento sobre as possibilidades de realizar a Excursão de Quiandeua até Santa Ana. Atualmente, temos algumas possibilidades a examinar sobre esta viagem que surgiram do contato com um jovem proprietário de embarcação. Entretanto, o mais importante a fazer em campo era ouvir notícias sobre esse trecho e indicações mais detalhadas sobre os lugares a percorrer.

No dia 8 de setembro em reunião realizada no salão de festa de Sauá Mirim apresentamos um croqui do rio Capim para um grupo de quilombolas. Rapidamente, este croqui suscitou diversas observações sobre o “que existe” até Quiandeua, na direção do alto rio Capim. Os senhores Antonio José Brito Fialho e o Sr. Mauricio conhecedores do rio Capim, passaram a realizar traçados complementares e assinalar inúmeros detalhes tanto do rio e suas curvas, quanto os povoados que existem, as festas e diversos eventos que circunscrevem nas suas vidas. A narrativa permitiu reconhecer mais de 30 povoados ou “comunidades”. Os pesquisadores fizeram desse um instrumento de pesquisa para ser utilizado na próxima etapa.



Figura 7. O sr. Mauricio em trabalho de cartografar o vale do rio Capim.

Figura 8. Os senhores Mauricio, Antonio e o pesquisador Angelo Lima trabalham sobre o croqui do rio Capim



Figura 9. O longo rio Capim é representado com suas enseadas, curvas, praias e o mais importante referencias de formação de povoados

Visita ao Aproaga e indignação ante os destroços

Como mencionado na apresentação o fato “novo” era a operação que em poucas horas destruiu ou quase demoliu uma das paredes do casarão. A intenção do seu autor era “retirar pedras” para venda ou uso em uma construção (fazer o baldrame). Na carta dirigida a Superintendencia do IPHAN é aborada esta ocorrência. Foram feitas varias gravações e fotos que servem como provas do ato cometido.



Figura 10. Sra. Ana Cristina F. da Silva aponta a destruição da parede do casarão.

Oficina para apresentação do Projeto

No dia 9 de setembro foi a segunda sessão de apresentação do projeto, que foi restrito em termos de participantes o dia anterior. Foi feita a exposição pormenorizada do projeto, com auxilio de cartazes. Neste foi incluída a parte financeira do projeto, os objetivos, o cronograma, os produtos (seminário, exposição e álbum). A socialização do projeto permite conduzi-lo dentro do que nos parece ter sido a pratica do grupo, que se mobilizou para obter apoio e financiamento, como é lembrado em varios documentos, inclusive a versão do projeto elaborada pelos pesquisadores.

Para esta finalidade foram recolhidas 83 assinaturas de pessoas acima de 18 anos, as quais encontram-se em anexo a este Relatório. Os presentes fizeram reivindicações de envolver os jovens nas atividades a serem realizadas. Também frisaram o interesse da mediação dos pesquisadores para encontrar soluções aos destroços do sitio Aproaga. Nessa reunião houve diversas manifestações de interesse em relação ao projeto e os beneficios para o grupo.



Figura 11. Apresentação de cartazes com as informações sobre o Projeto. Neste cartaz são indicados os valores financiados, estabelecendo uma relação de transparência.

Os objetivos propostos pelos pesquisadores para este período de trabalho de campo foram atingidos. A agenda de pesquisa de campo teve resultados em termos de levantamento de materiais. Apontam-se entre eles: o registro fotográfico, a gravação, os depoimentos. Tivemos a satisfação de receber do Sr. Estandico duas fotografias antigas: a de um indígena fardado e que responde a inquietação de povos e comunidades tradicionais do rio Capim sobre as relações sociais com os grupos indígenas situadas no rio Surubiju e Barreirinha. Apenas temos informação de aldeias no alto rio Capim dos indígenas Tembê. A foto referida trata-se de uma figura central na memória das pessoas de mais idade com o nome de Damasio. A segunda foi a Carteira de Trabalho de uma mulher de nome Eva (Maria Alves de Nazare Silva, seu nome na carteira) muito conhecida nas comunidades, já falecida. No dia 9 de setembro participaram pessoas do povoado Benevides que nos acompanharam a Sauá-Mirim após realizar entrevistas no povoado antes chamado sitio Santa Terezinha e que recebeu outra denominação quando se instalou no local uma serraria dedicada a exportação de madeira e que entrou em falência na década de noventa.

O objetivo desta excursão foi produzir o reconhecimento da ocupação por povos indígenas e quilombolas ao longo do rio Capim. Neste trabalho de campo indagou-se atenciosamente a toponímia e as etnografias de maneira a reconhecer a existência histórica de povoados, vilas, taperas, mas também as representações do rio Capim para os que vivem nas suas margens.

Os pesquisadores (Arqueólogos/historiadores, antropólogos) levantara dados sobre os sítios arqueológicos no território e produziram a coleta de dados sobre o Engenho do

Aproaça, com uma perspectiva do antes e o agora. Elaborou-se um quadro de relações a partir da categoria antropológica e política de território. A síntese desse relacionamento tinha o enunciado de qual a relação entre :

- território e canaviais
- territórios e roças
- território e pesca
- territórios e caça
- territórios e memórias

Posteriormente, foi realizado o trabalho de campo em Arqueologia e Oficinas sobre Patrimônio Imaterial, Território e Memória

O Relatório da III Etapa adquiriu forte densidade. Cada pesquisador elaborou um relatório específico a partir do qual elaboramos as ideias sínteses que são integradas no álbum e na exposição.

Descrição etnográfica de Povoados Capienses: de Quiandeuá a Santana
Rosa Acevedo Marin. 33 páginas

Excursão de Quiandeuá a Graciosa: presença de ocupações humanas no rio Capim
Eliana Ramos Ferreira. 17 páginas.

Observações etnográficas
Irislane Pereira de Moraes. 20 páginas

Território de Pescadores no Vale do Rio Capim: de Quiandeuá a Graciosa
Angelo Pessoa Lima. 14 páginas

Rio Capim enquanto Paisagem Arqueológica: Vestígios de Cultura Material
Fernando Luiz Tavares Marques. 18 páginas

Esse relatório de 114 páginas contém os dados e conteúdos analíticos que foram trabalhados na montagem do álbum e da Exposição. Temos através dele a argumentação sobre o objeto de pesquisa, as questões a ele referidas e a forma como se desenvolveram os objetivos do projeto. Consideramos relevante trazer a este relatório, com adequações que se tornam necessárias, para evitar uma repetição improdutiva.

Acevedo Marin elaborou a Descrição etnográfica de Povoados Capienses: de Quiandeuá a Santana procedendo a elaborar argumento a partir da indagação: É possível identificar neste século XXI o vale do rio Capim com uma geografia e geomorfologia semelhante àquela apontada por João Barbosa Rodrigues em 1874? O engenheiro, naturalista e botânico brasileiro procedeu a uma descrição e cartografia cuidadosa desde a cidade de São Domingos da Boa Vista, procedente de Belém, até as cabeceiras nos rios Surubiju e Ararandeuá. Rodrigues reconhece seu próprio mérito de “descrever” o rio Capim⁸, como parte das atividades da Comissão Científica, designada pelo Ministério e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras

⁸ Barbosa Rodrigues elabora argumentos para estabelecer que o rio Capim é o principal e não é apenas um afluente do rio Guamá. Um desses argumentos é sobre a sua extensão que calculou em 560 milhas ou 166 leguas.

Publicas⁹. O propósito foi estudar e explorar as cabeceiras, no que foi impedido pelo período de grandes chuvas e a falta de acompanhantes. O estudo foi orientado para descrever um rio de “paisagens variadas e natureza diferente”. Mas, é necessário relativizar qualquer ideia de semelhanças, permanências desta geomorfologia, pois J. Barbosa Rodrigues menciona em vários trechos o desaparecimento de ilhas sob impacto da pororoca, as mudanças físicas no trajeto do rio. Assim, o Capim até então “pouco explorado e conhecido” experimentava e continuou acumulando transformações na paisagem que são difíceis de aferir.

O relatório procede-se: primeiro, à releitura do estudo e exploração do rio Capim feito por J. Barbosa Rodrigues; segundo, à sistematização do croqui acima mencionado de autoria dos dois quilombolas; terceiro, à escrita de observações do pesquisador que se aproximam de uma descrição etnográfica¹⁰ dos povoados capienses. Paralelo ao registro das paisagens das margens do rio Capim busca-se refletir as territorialidades específicas, situar as problemáticas de perda de recursos - pesqueiros, florestais produzidas pelo incremento do desmatamento, a pecuária e exploração mineral.

O município São Domingos do Capim está classificado como um dos que apresenta maior perda de cobertura vegetal no Estado do Pará o que é resultado da intensificação da exploração madeireira, formação de pastagens, exploração mineral e mais recentemente a penetração de cultivos de dendê, de eucaliptus. Dessa maneira, descendo o rio se observam apenas algumas ilhas de vegetação que se encontram nos povoados formados por povos e comunidades tradicionais, mas, estes experimentam pressões e ameaças crescentes.

O estudo geológico e geográfico de J. Barbosa Rodrigues distingue o curso do rio, dominado por sucessivas curvas, ao longo do qual se encontram várias ilhas nomeando entre elas São José, São Jerônimo, São Caetano e a ilha Caapoam, a de maior tamanho; refere as montanhas de argila vermelha, as montanhas de aluvião. Tanto a sinuosidade do rio como o relevo as margens é objeto de remarques: alguns são lugares elevados, informando de um “terreno elevado, de 13 metros acima do nível das águas”.

⁹ O Ministério de Comércio, Agricultura do Império, o Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior recebeu do Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província do Pará, em 1874, o Relatório elaborado por J. Barbosa Rodrigues. O objetivo do Ministério era realizar estudos sobre exploração e navegabilidade de vários rios do Império, entre eles foi incluído o rio Capim.

¹⁰ A etnografia integra diversas técnicas de investigação social. Nawrath define a etnografia como “la descripción/interpretación realizada a través de un proceso-producto que emana de un trabajo sistemático y transparente referido a un contexto de estudio. Su reducción al aspecto meramente descriptivo se enmarca en una conceptualización elaborada en un periodo del desarrollo histórico de la disciplina (S. XIX y mediados del XX), y se asocia a una epistemología realista que establecía una clara diferenciación entre la recolección de datos objetivos y la formulación de teorías.. (NAWRATH, 2010. P. 2)



Figura 13. Trechos do rio Capim onde se observa uma “Montanha de aluvião” e “montanha de argila vermelha”

Em outros trechos são os longos baixios e os baixos de pedra do rio, como na frente do Aproaga. As enseadas e os bancos de areia são igualmente localizados, como o que estava abaixo do “igarapé Tachiteu, que desagua na margem direita, acima do sitio denominado Pahy” (BARBOSA RODRIGUES, 1875, p. 27). A descrição da região dos lagos - Tachy, Timbira, Maria Preta e Caranadeua – é relacionada com as salgas de tucunare e pirarucu que se realizava no verão (idem, p. 32). Mas adiante, relata o uso de Timbó na pesca e identifica o “Timbo Cayena” e Timbó Cururú. Também informa que na proximidade da foz se trata de terrenos de aluvião, banhados pelas águas salabores trazidas pelas marés.

De forma atenta, revela a vegetação e nomeia (muitas vezes apenas com o nome científico) a diversidade de palmeiras, os tipos de madeira. Sobre as palmeiras afirma que representam a flora com suas variedades de generos. O Yupaty muito conhecido dos indígenas é destacado, assim como o Açaí com suas “grandes soqueiras”. Ainda a palmeira do miriti “erguendo-se magestosa com seus longos spadices, cheios de oleosos frutos que tanto são aproveitados” (idem, p. 20). Outra palmeira é Jauaryteua.



Figura 14. Vegetação de palmeiras em trecho do rio entre Ribeira e Quiandeua

Ao longo do rio a vegetação – que descreve como “luxuosa vegetação” e com presença de “mata continua” era frequente: Mamourana que “margina quase que literalmente o rio”; as aningas (aninga apará, *Cilladium arbor escens*) “cerrados que formam os aningaes” e os ingas “que ficam na margem”. Outro conjunto é definido como “plantas notáveis” e lista entre elas o acapu “excelente madeira de construção”; a ucuuba, “cujo fruto dá uma especie de cera”; várias especies de cordias ou Louro. O significativo destas descrições é associação da especie, com as formas de uso local. A denominada Pupunha-rana era utilizada para fazer paredes; as palmeiras são relacionadas a preferências de uso e consumo.

Ainda é preciso destacar uma informação sobre a distribuição de flora: “Quem abandona a margem e penetra para o interior, conhece logo que a vegetação é de nova aparição formando já uma alta capoeira, onde o naturalista pouco tem que fazer, nesta epoca, pela ausencia de flores” (BARBOSA RODRIGUES, 1875, p. 22). Essas anotações permitem cotejar com a vegetação atual. Desde a decada de setenta as intervenções realizadas reduziram a vegetação alta em uma grande extensão do rio Capim que apenas possui uma cortina fina de vegetação secundaria ás margens e na direção do interior.

Barbosa Rodrigues estabelece a hipótese da permanencia do homem antigo neste vale. Em dois trechos atem-se as evidencias arqueologicas. No sitio do Manoel dos Santos, velho tapuyo de 74 anos relata ter encontrado um “machado de pedra, de uma forma inteiramente nova para mim”. Refere as “loucas de barro”. Que grupos étnicos assinala e como analisa a presença nas cabeceirasdo rio Capim? A hipótese de um processo de ocupação pelos indigenas Tupinambas que se espalharam pelo Guamá e pelo rio Gurupi (idem p. 28) é esclarecida com argumentos sobre os choques dos colonizadores com este povo. Os Tembê são apresentados como uma das “muitas subdivisões dos Tupinamba”. Cita o “gentio” Turyuaras e no rio Surubiju os “Guajajaras ou Uayáyás”. Outro grupo mencionado é o povo Amanajes. No rio Candiru-Açu¹¹ explica que existiu o aldeamento Santa Leopoldina, formado pelo grupo Tembê. (Idem, p. 39).

Desde uma perspectiva demografica Barbosa Rodrigues escreve que “o rio Capim, propriamente dito” tinha uma população de 10.163 “almas”. Observava que além de ter a população duplicado, em comparação com 1833 quando era de 5298 habitantes, mostrava a vantagem de ter “diminuído o elemento escravo, que sendo

¹¹ O naturalista insere nas cabeceiras o rio Candiru-Açu importante afluente da margem direita.

então quase igual então ao livre, hoje é muito menor” (BARBOSA RODRIGUES, 1875, P. 25).

As observações sobre os empreendimentos ao longo do rio Capim se detiveram nos engenhos, fazendas, sítios e algumas barracas e relaciona alguns povoados. Os gêneros de exportação eram arroz, farinhas e tabacos, como os principais. Também se produzia Cacao, café, goma elástica.

Barbosa Rodrigues refere-se com admiração às máquinas de beneficiamento de cana e arroz que tinham sido instaladas por alguns prósperos proprietários, como o Coronel José Calixto Furtado, que possuía controle sobre oito leguas nos seus sítios São José, Carmo e em Badajóz. No ano da visita de Barbosa Rodrigues a escravidão do Coronel foi calculada em mais de “cem indivíduos”. No primeiro empreendimento fabricava “açúcar, cachaça, farinhas, etc”. (idem. P. 25 e 26).

As reuniões e oficinas do Projeto têm representado um diálogo sincrônico de eventos entre o presente e o passado; entre o presente e o futuro. Na oficina realizada em Sauá Mirim foi pendurada a reprodução ampliada da Planta do rio Capim, de autoria de Barbosa Rodrigues. Com grande interesse alguns participantes estudaram por um tempo prolongado esse documento e iniciaram as conexões com seus conhecimentos de quem transita e classifica de forma diferenciada o rio Capim.



Figura 15. Planta do Rio Capim exposta na Sala de Reuniões de Sauá-Mirim.

Em vários momentos os pesquisadores fomos indagados sobre as anotações que constam desta Planta. Com essa figura em mente e a nossa frente, foi planejada a excursão, em um exercício de cotejamento, de correção e de atualizações que também representam complementações. O elemento mais forte na observação era relativo ao ano em que foi feita a planta e as permanências, que se situam muito próximas dos seus conhecimentos. Por contraste, os observadores da Planta de Rodrigues destacavam as diferenças de toponímia ou mesmo o erro na indicação de um lugar. Elaboraram em tom crítico que na planta estavam ausentes igarapés ou seus braços.

Os senhores Mauricio Lopes dos Santos e Antonio José Brito Fialho iniciaram o desenho do croqui partindo de Graciosa. Um detalhe que ressalta é a quantidade de “praias” que desenharam. No mês de setembro correspondente à estação seca essa observação parecia pertinente. Contudo, o rio Capim, nesse inverno, que não foi rigoroso, mostrava várias praias. Ambos citaram outros lagos e ficaram atentos aos nomes dos igarapés. Nessa elaboração é possível transcrever as anotações que fizeram em ambas as margens do rio Capim, relativas a povoados, sítios, igarapés, lagos. No quadro abaixo a lista aproxima os nomes escritos pelos elaboradores do croqui. Espaços em branco informam a falta de informação próxima como ocorre entre Barreirinha e uma ilha, situadas na margem direita do rio Capim.

Nessa relação com mais de 60 nomeações antecipava o que iríamos “descobrir” ou encontrar na Excursão de Quiandeua a Santana.

A equipe do projeto de pesquisa *Patrimônio imaterial, território e memória dos quilombolas do Aproaga* propõe-se inicialmente o reconhecimento do curso do rio Capim, de Quiandeua a Graciosa¹². Contudo em campo e devido às condições climáticas a equipe de pesquisa se deteve na vila de Santana do Capim. Desta forma, afirma-se que a tentativa é bem menos pretensiosa. Os pesquisadores deste projeto, em março de 2013, definem o percurso não desde a foz até as cabeceiras, mas dentro de outro recorte traçam a visita desde Quiandeua até Santana, o qual coincide com o segmento do rio Capim no qual se observam maiores transformações sociais e ambientais, ampliadas ainda para o povoado de Sebastião do Capim e até propriamente as cabeceiras.

O trabalho de campo foi realizado entre 15 e 21 de março de 2013. O percurso foi feito de Belém a Ipixuna do Pará, e desta cidade até o povoado Ribeira, onde nos aguardava o barco do Sr. Josué Pinto Pereira, que nos conduziu até Quiandeua, onde a equipe permaneceu um dia. Esta retornou a Ribeira, onde pernitoou o segundo dia. O trecho Ribeira até Sauá Mirim foi feito nos dias 18 e 19 de março. As entrevistas e oficinas com os quilombolas do Aproaga foram realizadas por parte da equipe no domingo, dia 17 de março. Outros membros permaneceram no território dos Quilombolas do Aproaga até dia 21 de março.

Esse tempo de trabalho de campo¹³ que se inicia antes de subir no barco, posto que se apresentavam diversas situações que concernem esta etnografia permite recompor o “interior do rio Capim” desde uma margem. De Ipixuna até Ribeira – trecho realizado por uma estrada de piçarra se conferem as grandes fazendas e as extensas pastagens que acabaram com a “luxuosa vegetação” e o “mato contínuo”.

¹² J. Barbosa Rodrigues identifica que neste lugar existiu a fazenda Guajara, na ocasião de sua visita reduzida a uma “tapera” e que pertenceu ao Pe. Manoel Gaspar da Fonseca, que foi um dos principais fazendeiros deste vale. Com o seu falecimento, ocorrido em 1791, deixou a propriedade para a Santa Casa de Misericórdia, pelo que seria conhecida também como Fazenda Caridade.

¹³ O trabalho de campo foi realizado entre 15 e 21 de março de 2013. O percurso foi feito de Belém a Ipixuna do Pará, e desta cidade até o povoado Ribeira, onde nos aguardava o barco do Sr. Josué Pinto Pereira, que nos conduziu até Quiandeua, onde a equipe permaneceu um dia. Esta retornou a Ribeira, onde pernitoou o segundo dia. O trecho Ribeira até Sauá Mirim foi feito nos dias 18 e 19 de março. As entrevistas e oficinas com os quilombolas do Aproaga foram realizadas por parte da equipe no domingo, dia 17 de março. Outros membros permaneceram no território dos Quilombolas do Aproaga até dia 21 de março.

A expansão madeireira como motor do desmatamento na região do rio Capim iniciou na década de 80 com a presença de pequenos madeireiros que compravam toras para revender às serrarias. Na década seguinte, empresas de grande porte retiraram os pequenos atravessadores e adquiriram a madeira dos extratores em maior quantidade o que intensificou o desmatamento (MEDINA, 2003). São Domingos do Capim está na Lista dos municípios que assinaram o acordo pelo desmatamento zero no Pará.

No município de Ipixuna do Pará foi estabelecida no final dos anos 70 a exploração de caulim. Luz e Damasceno (1993) informam sobre a primeira empresa que está se constituiu como uma joint venture CADAM/CVRD Rio Capim e a segunda – a Rio Capim Caulim S.A pertencente ao Grupo Mendes Júnior. O Estado do Pará possui 52% das reservas de alta qualidade. A IMERYS opera desde 1996 através da Rio Capim Caulim, que adquiriu em 2010 a Pará Pigmentos do Grupo Vale. Notícias divulgadas no mês de fevereiro informam sobre os planos de expansão da produção de caulim no Pará¹⁴. Em entrevista com a Delegada Sindical do STR de Ipixuna do Pará, Sra. Joana Maria Teixeira Oliveira, comunidade Nova Vida explicou que as terras da comunidade limitam nos fundos com a “empresa da Vale” e que esta empresa comprou as terras e informou que iriam iniciar a exploração do caulim. Os trabalhadores são pressionados para vender as terras. No povoado Deus por Nós, “que tem muito caulim, vão sair 11 famílias”. Em 2012 “meteram a máquina, retalharam e prometeram que tem que sair de lá quando for para explorar”. Cajueiro está igualmente ameaçada. No igarapé Cajueiro que contorna o povoado se registraram mortes de peixes. O Sindicato fez denúncia, mas o delegado defendeu a empresa para receber mais salários, sinalizou a Sra. Oliveira.

As denúncias sobre mortandade de peixe e sobre a qualidade da água do rio Capim também foram feitas pelos Quilombolas do Aproaga ante a Assembleia Estadual que em 2010 organizou uma comissão para estudar as situações apresentadas. Os estudos sobre a qualidade da água não tiveram retorno e o processo caiu em silêncio. Tanto os quilombolas como os trabalhadores rurais estão atentos aos procedimentos da empresa que desenvolve uma política de expansão passando por cima dos direitos territoriais e ambientais.

O relatório procurou frisar a dinâmica dos Povoados do alto rio Capim por setores. O primeiro de Quiandeuá e Badajóz no qual se observa a ancianidade da ocupação. Mamorana, Quiandeuá, Jauira, Goiabal, Nanai, Nazaré, São Sebastião e Fortaleza são povoados antigos que pertencem a estes domínios do rio Capim. Três deles - Goiabal, Arraial, Nazare, Piedade e Quiandeuá são citados por Barbosa Rodrigues, que os ouviu referir em 1874.

O desmatamento é fato notório. O Sr. Raimundo Ares, 73 anos, que nasceu em Quiandeuá foi enfático em dizer que o “mato foi quase todo derrubado” pelos madeireiros. Mas também, o povoado de Quiandeuá está rodeado de fazendas. Na outra margem do rio Capim, a sua frente, está a fazenda Tracaja com plantação de eucalipto e pertence ao Deputado Sidney Rosa. No fundo e dos lados, antes território domínio dos auto-identificados quilombolas encontram-se áreas com plantio de dendê.

Goiabal e Quiandeuá compartilham as ameaças de madeireiros e fazendeiros. Em 2006, em Quiandeuá, entrevistados por Scoles e Marinho (2006) relacionaram sua origem

¹⁴ Ver declarações do Diretor da IMERYS engenheiro Marcos Moreira, no dia 15 de fevereiro de 2013. www.fiepa.org.br consultado em 20 de março de 2013.

como sendo “descendentes de escravos”. Aproximadamente, 100 famílias reconheciam e organizavam suas estratégias de uso e apropriação de recursos em um território coletivo. Goiabal é uma colônia com menor população (35 famílias). Os povoados de Quiandeua, Goiabal, Mamorana e Jaurá integram a nova Associação dos Quilombolas do Rio Capim.

Entre Badajóz e Canãa foram identificados os povoados: Ribeirinha, Retém, Abacate, Pena Fiel, Tujujús, Mamorana, Quiandeua, Jauira, Goiabal, Nanai, Nazaré, Jauaraca, São Sebastião, Aliança, Serra do Catiteua no que representa o alto rio Capim. Esse trabalho de reconhecimento em campo foi paralelo à compilação de registros sobre a história de alguns deles, como o povoado de Badajóz sobre o qual se deteve Barbosa Rodrigues é destacado de um quadro de arruinamento recente. A sua importância administrativa se destaca por ter instalado um Cartório que mudou para Ribeira. No relatório de Barbosa Rodrigues apontam-se atos da “Rebelião de 1835” que se destacaram no povoado. Ele pertenceu ao Coronel Calixto Furtado que o adquiriu do Major Manoel Macedo “que o comprou de Fulano Bandeira”. Em 1875 tinha cinco casas e 25 pessoas. A tradição de festas juninas e a beleza da pequena igreja católica desapareceram, comentam com sentimento de perda os acompanhantes da excursão.

Povoados Capienses até Santana do Capim

No Médio Capim tivemos a indicação de povoados antigos e novos de dois entrevistados e a lista foi ampliada na medida que a embarcação descia o rio. Santos Reis, Maracaxi, Alegre Vamos, Lacreia, Nova Vida, Nova Canãa, Cipoteua, Cajueiro, Paraíso Santa Maria do Bacuri, Santo Amaro, Pontinha, Areial, Ponta, Monte Alegre, Caetano, Santa Rosa, barreirinha, Nova Esperança, Boa Esperança, Beirajuba, São Raimundo, Palheta, Catitu, Caridade, São Bento, Santana, Aningau, Aningal..

O barco se deteve em Nova Vida. Este povoado tem aproximadamente 30 anos e nele moram 16 famílias. Possui roças de mandioca, arroz e milho. Segundo a informação da Sra. Joana Maria Teixeira Oliveira ainda possuem madeiras “nobres” como maçaranduba, louro, Ucuuba, Tambuacu, Ipiuba e eles tem uma “política de não deixar entrar madeireiro”.

O rio Capim possui “sítios” igualmente reconhecidos pelos nomes atribuídos pelos moradores. O Sítio São Tomé próximo de Nova Vida tem duas famílias, uma delas a do Sr. Libanio Castro, de 63 anos.

Na antiga Estação da CPRM que iniciou a pesquisa exploratória dos minérios neste vale, encontra-se um lago com muito peixe e madeiras. Na sequência se encontram os sítios Conceição, São Luis e do Sr. Lilico. Alguns são classificados como uma fazendinha.

Santa Maria do Bacuri situado a margem direita e em terreno alto representa uma vila de madeira construída pela mineradora, nesta Sub-Estação 5. Esta vila, como a definiu a Sra. Nazaré Tavares tem comunicação por estrada por médio de um ramal construído pela empresa. Algumas pessoas trabalham para a mineração e elaboram um discurso do progresso.

Na paisagem do desmatamento houve o encontro com uma ilha de vegetação que conserva o proprietário da fazenda Santa Rosa. O Sr. José Luis dos Santos Cunha

se deteve em mostrar a diversidade da flora e identificou 13 espécies de madeiras para diferentes usos.

Mas adiante surge na margem esquerda a fazenda da Tramontina e depois do povoado Caetano uma área onde a Jonasa implantou um projeto de exploração madeireira e que corresponde à figura 12. A Jonasa retirou muita madeira nesta região conhecida como Anauera.

Desde o igarapé Anauera se perfila uma linha reta, de pelo menos 4 Kms que é muito conhecido pelos que transitaram por este rio, desde sua infância. O Sr. Raimundo entrevistado em Quiandeua o denominou o “Estirão” e na metade deste trecho está São Mateus.

São Mateus é um povoado com mais de 80 famílias que elaboram uma política identitária e tem solicitado apoio da Associação Quilombola Unidos do Rio Capim para dar início a procedimentos administrativos para reconhecimento de direitos étnicos e territoriais.

Entre São Mateus e Graciosa, nossa primeira definição para encerrar a Excursão encontram-se os quilombolas do Aproaga e seus povoados, mas também outros núcleos, formados a margem do rio Capim que identificam as transformações ambientais e as novas situações sociais, econômicas e ambientais que tem implicações nos seus modos de existência social.

Entre os entrevistados, com maior ou menor densidade, a referência ao engenho do Aproaga possui significados culturais e políticos, que constroem os substratos de suas políticas identitárias.

As condições de possibilidade de uma descrição etnográfica dos povoados e paisagens do rio Capim foram facultadas por um olhar disciplinado que tentou realizar registros sistemáticos em consonância com as questões formuladas no Projeto de Pesquisa. O patrimônio cultural que representa o engenho do Aproaga está nas narrativas dos agentes que estabelecem conexões no presente com pontos de um passado comum, entre eles, o trabalho para os donos do engenho dos seus parentes, a inserção na economia de madeira como extratores para a serraria que também funcionou no engenho Aproaga, até vinte anos atrás.

Durante a Excursão de Quiandeua a Santana do Capim foram feitos mais de 1000 fotografias, gravações de entrevistas, filmagem de entrevistas, e ainda o georreferenciamento dos trechos do rio visitados.

A situação precária de algumas construções utilizadas como escola a que se fotografou no povoado Nova Vida não pode passar despercebida. O Estado do Pará é displacente no campo educativo, impondo às novas gerações o peso de um atraso e desqualificação, inaceitável como política de governo nas sociedades contemporâneas.



Figura 16. Exterior e interior da Escola EFM São Jorge, em Nova Vida.

No relatório de Eliana Ramos Ferreira foi dada atenção aos fragmentos de memória dos entrevistados ao longo do rio; as técnicas de pesca assim como técnicas e formas tradicionais de fabricação da farinha, riqueza madeireira e exploração de minério (caulim) ao longo do rio. A pesquisadora iniciou revisando os pontos centrais da conversa com o senhor Raimundo, 73 anos, que mora em Quiandeua e é também conhecido como *Devagar* e *Raimundão*, que nos concedeu entrevista, esbanjou sabedoria e simpatia. *Raimundão* ao revirar o baú de sua memória, revelou detalhes significativos sobre a existência de índios ao longo do rio Capim, essas lembranças remetiam-no ao tempo de sua “juventude”. Em sua fala, discorreu sobre a relação dos índios com as outras pessoas; ressaltando a hospitalidade indígena, pois os índios ofereciam um certo mingau ao visitante, mas se houvesse recusa por parte dos visitantes, não lhes seriam oferecido nem servido mas nada. Porém, quando tinha aceitação e receptividade, tudo o mais lhes era oferecido, se fosse homem, até mulheres.

Em suas lembranças o sr Raimundo reportou-se à organização do trabalho na roça, enfatizando a relação existente entre o trabalho na roça, o mutirão e as “festas” que aconteciam no final das atividades. Na sua narrativa, evidencia-se que os momentos de trabalho eram também momentos de sociabilidade e cooperação entre os que participavam do mutirão, pois ao término das atividades na roça, os “homens tomavam banho, se aprontavam, pegavam a canoa e iam para a festa”, onde bebiam cachaça e dançavam a noite inteira. Contudo, ao fim da diversão, o caminho, era o da volta para a roça para descansar, uma vez que no dia seguinte, seria dada continuidade aos trabalhos. A principal cultura das roças era a mandioca. No trecho entre Quiandeua e Santana do Capim, foi possível observar que as plantações de maniva e as casas de farinha foram elementos constantes ao longo da viagem pelo rio Capim.

Para enfrentar a jornada de trabalho no dia seguinte, nas lembranças gastronômicas do senhor Raimundo, “os convidados” do mutirão alimentavam-se com ensopado de “guariba” *por ser forte!* Esse caldo recomporia as energias necessárias para a continuação das atividades laborais na roça. Perguntado sobre a preferência pelo referido caldo, afirmou que apesar da existência de outros animais silvestres como porco do mato, caititu, tatu, paca, entretanto, preferiam a guariba pela valorização energética do animal, pois acreditam que o caldo dá “*sustança*”.

Essa crença e cultura alimentar foram confirmadas pela senhora Adelaide, que, reafirmou a importância do referido caldo de guariba em fortalecer e recuperar a pessoa *enfraquecida*.

De acordo com a narrativa do sr Raimundo, a floresta abrigava inúmeras espécies de árvores frutíferas como o bacurizeiro, piquazeiro, uxizeiro. Os frutos dessas árvores – bacuri, piquiá, uxi, respectivamente, são muito apreciados ainda hoje. Outras árvores como a maçaranduba, andiroba são utilizadas para outros fins como construções de casa, móveis, barcos, etc.

O senhor Raimundo de Quiandeua falou que conheceu o APROAGA, ainda quando estava bem conservado. Lembrando-se da beleza do lugar e da sede do engenho.

Outra moradora da comunidade de Quiandeua, foi D. Adelaide Nunes Ferreira que estava com um cachimbo bem peculiar, feito artesanalmente de barro e o “cabo”/piteira do galho bem fino de uma árvore, muito parecido com os cachimbos

feitos e utilizados pelos indígenas pré-colombianos, conforme achados arqueológicos, como nos possibilita a comparação com a imagem abaixo:



Figura 17. D. Adelaide e seu cachimbo

Para desenvolver o tema importância da farinha no cotidiano dos moradores do rio Capim inseriu as conversas no povoado São Raimundo, composta, a primeira vista, de sete casas. Conversamos com o senhor Cláudio, o qual informou viver a mais de 40 anos no lugar. Indagado sobre a pesca, informou que só “para o rango”, e não para a comercialização. Revelou também possuir roça de mandioca para a farinha. Confirmada pela existência da casa de farinha no terreno em que estava, no qual se observa à direita a engrenagem destinada ao manuseio do tipiti, ao centro, numa base de barro, o tacho para a torrefação da farinha.



Figura 18. Casa de farinha. Comunidade São Raimundo.

De acordo com a narrativa do senhor Paulo de Almeida Ferreira e da senhora Celina de Oliveira Maciel, existe plantação de mandioca “mais para dentro” dos seus domínios.

Na Comunidade Santa Rosa existem duas casas de fazer farinha. Acurando o olhar, na foto sete, veem-se ainda os restos das mandiocas tratadas para serem colocadas de molho diretamente no rio. A fabricação da farinha leva vários dias, sem contar a preparação e manutenção da roça. Não é uma tarefa fácil, pois exige

conciliação de saberes e domínio de técnicas de produção, além de força e esforço físico, considerando as etapas de “arrancar” – extrair – a raiz da mandioca do solo, colocar de molho no rio, (vide foto acima, é possível observar o resto de mandioca em terra), transportar para o local onde ocorrerá o fabrico da farinha (geralmente chamado de “casa do forno”), descascar a mandioca, lavar, ralar, espremer a massa no tipiti para extrair o tucupi, e, finalmente, proceder à torrefação, ou seja, ao ato de torrar no forno, preferencialmente de cobre, em alta temperatura. São operações complexas, na maioria das vezes realizadas em conjunto e não individualmente

Na Comunidade de São Mateus, a senhora Eliete, filha do senhor Ricardo, ressaltou a diversidade de frutas como o uxi, tucumã, bacuri, araçá, banana e como as crianças desfrutam bastante, segundo sua narrativa, quase não adoecem. A família segue o modelo da plantação mista, cultivando mandioca, milho e arroz no mesmo roçado, tendo dito que “em terreno novo a mandioca leva até um ano para ficar no ponto, e quando a terra já é mais “usada” pode amadurecer em até seis meses”. A agricultura é conciliada com a pesca para consumo. D. Eliete vinha ‘subindo’ pelo caminho com louças lavadas no rio e numa panela, alguns peixinhos, como um acará e quatro praboca.

Outro item foi a ameaça às comunidades materializada pela expropriação de seu território com a exploração do caulim no rio Capim. Durante a navegação, sentido Quiandeuá e Graciosa, uma rabeta, emparelhou com o barco em que estávamos, perguntando se havia gasolina para vender, pois estavam com pouca gasolina. Após as manobras das embarcações, os tripulantes da rabeta subiram para o barco. Aproveitando-se da oportunidade, a equipe conversou com os tripulantes da rabeta, sobre os problemas da comunidade com relação à empresa mineradora que explora o caulim no rio Capim. Obteve-se a informação que uma das comunidades que vive o drama da ameaça de ser despojada de seu território é a de São Tomé.

O sítio São Tomé, com aproximadamente 86 hectares de terra rica em caulim, abriga duas famílias, que segundo D. Joana¹⁵, onde tem caulim, a empresa mineradora indeniza e retira os moradores terra; disse também que a “4 km para dentro (margem do rio) existe a terra de um vizinho que saiu porque onde ele morava, tem muito caulim”. A sua narrativa ganha intensidade ao lembrar dos vizinhos que foram retirados, porque a pesquisa da empresa mineradora revelou a existência abundante do caulim. D. Joana afirmou que eles tinham roças e “produziam muito”, pois plantavam arroz, milho, mandioca e faziam muita farinha.

Outra comunidade que também está na mira da mineradora é a Comunidade Deus Por Nós, na qual as onze famílias que moram no lugar, já foram ameaçadas e de que terão de sair, essa comunidade possui plantações de mandioca, arroz, milho; seguindo a prática de plantações mistas, ou seja, plantam as culturas na mesma roça. Ainda seguindo a narrativa de D. Joana, a empresa “*meteu máquina, retalharam as roças das famílias e disseram que essas famílias terão que sair de lá*”. Essas ações coercitiva, intimidadora e violenta, de destruição das roças, são para forçar a saída das famílias. Esse fato aconteceu em dezembro de 2012, quando a empresa fez a pesquisa

¹⁵ Dona Joana é da Comunidade Nova Vida, mais ou menos a 59 km da cidade de Ipixuna.

e foi constatada a existência de muito caulim, a empresa mandou fazer os “picos”, ou seja, a demarcação da área em que estão as jazidas, intimando as famílias a sair da terra.

A base da empresa de mineração, conta com um pequeno povoado no entorno, tendo uma rampa para a balsa, um trapiche bem construído com estrutura de concreto, ao lado do trapiche tem maquinário parecido com bombas; na margem contrária há quiosques de comércio. D. Joana informou que a Comunidade do Cajueiro não faz mais farinha porque a água não presta devido a extração do caulim e que o peixe sumiu. Disse que o senhor Lúcio, morador da Comunidade de Cajueiro, fez a “ponte” para que as famílias fossem retiradas de suas terras e agora, ele trabalha na empresa, como prêmio pela sua atuação.

As condições materiais do lugar, segundo dona Joana, são muito difíceis, pois o colégio é de madeira, a estrada aberta pela empresa mineradora ficou apenas na terraplanagem, ou seja, não foi asfaltada. Muitos moradores afirmam, segundo D. Joana, que não podem mais plantar porque a água não presta nem para colocar a mandioca de molho e nem para irrigar as plantações, pois as culturas, com o tempo, acabam morrendo após o uso da água do rio. A extração do caulim, está causando danos irreparáveis ao meio ambiente e ocasionando a desestruturação da produção, principalmente da farinha ao afetar as plantações de mandioca das Comunidades ao longo do rio Capim.

Na memória coletiva da comunidade, expressa pelas lembranças de D. Joana, o senhor Lúcio era delegado de polícia, (mais ou menos dez anos atrás), e defendeu ferrenhamente, os interesses da empresa contra as famílias existentes ao longo do rio Capim. Por essa ação de fidelidade aos interesses da empresa, recebeu “*um bom emprego e tem até hoje*”, ou seja, ainda trabalha na empresa. Algumas comunidades chegaram a fazer acordos com a mineradora, como a de Cajueiro, onde apenas duas famílias ainda moram, mas não quiseram falar, devido ao acordo estabelecido com a empresa de mineração. As famílias forçadas a saíram das Comunidades, os filhos viraram bandidos, as filhas “*mulheres de rua*” e os pais estão desempregados.

As observações sobre a paisagem do rio Capim permite identificar “ilhas de vegetação” nas quais conserva-se a biodiversidade da floresta, que Barbosa Rodrigues não poupou em definir como “luxosa vegetação”. Antes de chegar no “Estirão do Capim” foi identificado pelo Sr. José Luis um trecho de mata e iniciou seus comentários sobre a existência desta área. O fazendeiro que é proprietário não permite a derrubada explicou e citou as espécies classificando-as pela sua utilidade.

O último item do relatório é Toponímia das comunidades do rio Capim. Ramos Ferreira situa o significado corrente de toponímia¹⁶ aponta que se trata dos nomes relacionando aos lugares, suas origens e evolução. A divisão onomástica revela elementos linguísticos e históricos importantes nos processos identitários e nos processos de territorialização dos povos e comunidades tradicionais. História, Arqueologia, Antropologia e Geografia tem, recentemente insistido na toponímia como forma de expressão e conhecimento das sociedades. A linguística, em especial a semiologia, desenvolve um campo de estudos sobre a toponímia.

¹⁶ Toponímia vem do termo $\tau\acute{o}\pi\omicron\varsigma$ (tópos), lugar, e $\acute{o}\nu\omicron\mu\alpha$ (ónoma), nome, literalmente, o nome de um lugar

Nesta pesquisa está sendo relevada a singularidade da toponímia. Um dos termos que registra centralidade é Aproaga. Barbosa Rodrigues (1785) indica que este termo vem de Guiana Francesa. De fato, existe um lugar chamado Approague nessa colônia francesa. Mas, a orientação da pesquisa foi destacar os diversos nomes registrados ao longo do rio Capim. Por exemplo, Quiandeua pareceria uma palavra de origem africana a qual estamos dando atenção. Uma parte dessa toponímia se relaciona aos Santos da religião católica: São Bento, São Raimundo, São Caetano, Santa Rosa, São Miguel, Conceição. Outros nomes associam-se a línguas indígenas.

Figura 19. Toponímia ao longo do rio Capim

1. Ribeira	21. Santa Rosa
2. Quiandeua	22. Caetano
3. Badajó	23. São Mateus
4. Retem	24. Bela Vista
5. Mamorana	25. São Miguel
6. Santo Reis	26. Barreirinha
7. Juju	27. Vila Nova
8. Alegre Vamos	28. Nova Uma
9. São Raimundo	29. Nova Esperança
10. Deus Por Nós	30. Boa Esperança
11. Cajueiro (já fez parceria com a mineradora Imirys)	31. Boa Esperança I
12. São Tomé	32. Beirajuba
13. Nova Vida	33. Taperinha
14. Nova Canaã	34. Sauá Grande
15. Bom Intento	35. Sauá Miri
16. Cipoteua	36. Taperuçu
17. São Luis	37. Benevides
18. Santo Amaro	38. Monte Alegre
19. Pontinha	39. Breves
20. Areal	40. Aliança
	41. São Bento.

Irislane Pereira de Moraes e Manoel Cláudio Coutinho da Luz tiveram sob sua responsabilidade o trabalho de georreferenciamento em campo. O relatório apresenta esses dados e foi fundamental para parte da cartografia inserida no álbum. Com o título O Georreferenciamento Ipixuna do Pará-Estrada da Ribeira apresenta os detalhes e tabelas concernentes. Esse trabalho foi sistemático a partir da sede do município de Ipixuna do Pará, rumo às margens do rio Capim, através da chamada “Estrada da Ribeira”. Ao longo desta estrada de chão, já fomos procedendo ao registro fotográfico e ao georreferenciamento com GPS de navegação, para o que adotamos o sistema de coordenadas geográficas e como referência o Datum WGS 84. Outrossim, a precisão oscilou na margem de 3 metros. Pela *Estrada da Ribeira* passa-se então, por

pequenos povoados como os denominados por “São Vicente”, “5”, “10” e “13”¹⁷; a gleba “5” é conhecida como Nossa Senhora da Conceição. Estes povoados são interligados por ramais (apesar de ser inverno, estavam em razoável estado de tráfego) e margeados por extensas áreas de fazendas, tais como as “Em boas mãos” e a “São Pedro”, “Fazenda Redenção”, “Fazenda Soberano”.

Mais adiante é reproduzido o diálogo com o informante Sergio da Silva Sarnento (32 anos), o ramal do povoado “10” vara no município de São Pedro da Água Branca (MA). E do lugar referido como “88” até perto de Aurora do Pará, tratar-se-ia de um uma imensa fazenda denominada “Chão preto” pertencente ao Senador (PA) Jader Barbalho, na qual estaria visando implantar o monocultivo de dendê. Durante o percurso na “Estrada da Ribeira”, por duas vezes cortamos o rio Ipixuna, que no primeiro ponto estava bem assoreado, com fino curso d’água; na segunda vez, tinha mais volume d’água e ali sobre a sua ponte fizemos um ponto de GPS. Ao que consta, nesta região houve grande atuação de madeiras, como no caso do povoado “13”, onde atuou a empresa Madeireira América Ltda. que seria do madeireiro conhecido como “Zé Angelo”. Neste lugar, há a Escola de Ensino Fundamental “Palheta Batista” e uma igreja católica as margens da “Estrada da Ribeira”:

Dali seguindo pela Estrada, passa-se inclusive por áreas de fazendas onde funcionaram as vilas e instalações de serrarias na região. Portanto, ao longo do trajeto nota-se as áreas descampadas em substituição ao capim, mesmo aquelas zonas ciliares dos cursos d’água. Nesse contexto, entende-se que o desmatamento agenciado com a instalação de indústrias madeiras tem subsequente prosseguimento com o estabelecimento da agropecuária de extensas fazendas.

O trajeto terrestre foi seguido um fluvial. Da Ribeira a Quiandeuá: conhecendo as comunidades no alto vale do Rio Capim. Após este percurso de estrada de chão e o georeferenciamento da sede do município de Ipixuna do Pará até as margens do rio Capim, chegamos ao lugar denominado “Ribeira”. Ali, já nos aguardavam os senhores Josué Pinto Ferreira e José Luis Santos Cunha, os barqueiros, que juntamente com a senhora. Edilena Santos haviam navegado desde a vila DER no baixo rio Capim por mais de 10 horas de barco rio acima. Por conseguinte embarcamos os equipamentos, bagagens e alimentação para viagem, e seguimos rio acima para a comunidade de Quiandeuá. As habitações em Quiandeuá estão instaladas em área bastante elevada em relação ao rio, tendo que se por um barranco. Há um conjunto de cerca de 20 casas, vimos os quintais com plantas medicinais como erva cidreira, gengibre, patichuli, árvores frutíferas como mangueiras, mamoeiros, coqueiros, tomateiros, entre outros; e verduras em jardim suspensos com cheiro verde e cebolinhas. A escola já atende ensino médio e chama-se “Castelo Branco”.

Em Quiandeuá conhecemos a senhora Iracy que em seguida se apresentou como “Cota” e nos levou até a residência de seu pai, Raimundo Aires e a senhora Marlete Nunes. Estas pessoas nos concederam entrevistas, passando a relatar as lembranças que tinham sobre o tempo do Aroá. Alguns relatos incorporam-se em cada trecho. Em Quiandeuá, o senhor. Raimundo contou aos pesquisadores que sua mãe tinha sido escrava e havia nascido no lugar denominado “São Bento”.

O o território quilombola de Quiandeuá está sob ameaças de um fazendeiro que se diz dono da área e quer expulsar a comunidade. Além disso, o território sofre

¹⁷ Os povoados são denominados por números, talvez isso deva-se a sequência de lotes da Gleba.

com a chegada dos projetos de monocultivo de dendê, ali no entorno de 7km, área em que estão os igarapés Joira e o Tujujú, portanto sujeitos a contaminação com agrotóxicos. A empresa que está instalando o plantio e imprimindo o território, segundo o senhor Antonio, seria a “Belém Brasil Bioenergia”.

A segunda parte desse relatório consistiu na observação do vale do rio Capim: georeferenciamento de Quiandeua-Aproaga na ocupação de “longa duração”. Esse tipo de povoamento de longa duração é entendido desta forma, seja pela ocorrência de sítios arqueológicos, registro na documentação histórica, quanto à expressão da diversidade cultural e étnica, seja indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais. Apesar do potencial arqueológico do vale do rio Capim, apontado desde os registros etnohistóricos de Barbosa Rodrigues (1875), ainda são poucas as pesquisas arqueológicas realizadas nesta região. Ressalta-se, a prospecção arqueológica realizada pelo Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG), onde Magalhaes (2000) registrou em relatório de pesquisa a existência de sítios arqueológicos pré-coloniais classificados como “cerâmicos”, pois apresentaram características indicativas de padrões de assentamentos “de antigas aldeias indígenas, cujos membros produziam cerâmica e praticavam a agricultura”. Além disso, nessa pesquisa de arqueologia preventiva do MPEG, foram registrados cinco sítios arqueológicos que expressaram a ocupação multicomponencial do Vale do Capim, ou seja, além de apresentarem materiais cerâmicos, também possuíam vestígios da ocupação humana do período colonial (Magalhães, 2000; Moraes, 2012).

Então ciente da longa duração que caracteriza o vale do rio Capim, a nossa equipe saindo desde o lugar de Quiandeua, entre os dias 17 e 18 de abril de 2013, desceu o Capim procedendo ao georeferenciamento e o registro fotográfico das comunidades e povoados identificados às suas margens. Porém, os pontos foram feitos a partir do barco, devido estarmos com pouco tempo em face do sinuoso e longo percurso do rio, não podendo fazer desembarque em cada um dos povoados

Ángelo Pessoa Lima escreve o relatório intitulado Território de Pescadores no Vale do Rio Capim: de Quiandeua a Graciosa no qual apresenta a pesca como uma atividade coletiva. A ideia desenvolvida é estudar os territórios de pesca no vale do rio Capim na forma de uma “arqueologia” e de descrições etnográficas. O autor adota a leitura do livro de Raimundo Lopes, resenhado por Acevedo (2012). Nesta resenha é identificado o que o autor chamou “complexo da pesca” no Brasil. No relativo à noção de “complexo”, esta se aproximaria de uma lógica de sistemas de classificação dos “aparelhos” de pesca (socó e jequi), ao mesmo tempo em que aponta as inovações, as invenções independentes. O procedimento comparativo entre as “formas culturais dos povos”, representa uma contribuição de Lopes (2010, p. 71). As observações de Lopes foram realizadas no rio Turiaçu, fronteira Maranhão e Pará, no intervalo de 1927 a 1930, e nelas insiste na descrição da pesca como uma forma de trabalho e de organização coletiva.

Diversas observações, registros fotográficos e entrevistas realizadas durante a excursão de Quiandeua a Graciosa permitem aferir essas formas coletivas. Ao longo do trajeto sinuoso do rio Capim formam-se as “enseadas” e é ali onde os pescadores montam as barracas de pesca, na qual permanecem por períodos (dias, semanas). Para os pescadores que realizam sua atividade cotidianamente no rio Capim, o que eles denominam “enseadas”, são importantes e elas são classificadas como “boas para se armar rede”. Descendo o rio Capim, muito próximo do povoado de Quiandeua, foram fotografadas umas barracas de pescador. Estas têm armação provisória, com parede e cobertura de plástico. O Sr. José Luis dos Santos, 45 anos, informa que os pescadores se reúnem nestas barracas para passar a noite e dormir.

Durante as primeiras horas do dia, cada um realiza a pesca na sua embarcação. “Cada um vai pescar para o seu lado. Eles vão com isopor e gelo”. Lopes (2011) chamou de “rancherias” estes lugares e descreveu a movimentação para a “salga”. Também, frisou que “moradores do município, inclusive ‘gente de lavoura’ deixava as “moradias de terra firme” e organizavam nas margens do rio as “barracas dos salgadores”. Define que “povoações temporárias da salga, das rancharias” constituíam uma “sociedade adventícia” dirigida pelos “chefes de rede”. Lopes destaca que, no final da faina da pesca, havia as “danças ao tambor, à noite entre as barracas”.

A forma coletiva parece restringir-se à construção e direito de permanência nas barracas. Os grupos de pescadores possuem relações de companheirismo e solidariedade no trabalho da pesca. As barracas de pesca do rio Capim têm caráter temporário e adotam a conservação no gelo dos produtos da pescaria.



Figura 20. Armação de barraca de pesca do rio Capim.

Na ideia do estudo da atividade, o autor fez observações sobre os instrumentos e técnicas de pesca. Assim, o “segredo da pesca” é a rede e bons anzóis, nas palavras do Senhor José Luis dos Santos. As redes são confeccionadas em nylon monofilamento poliamida e com comprimento, altura e o tamanho da malha varia conforme a espécie-alvo. O uso de espinhel (linha que utiliza mais de um anzol) é bastante frequente. As linhas de mão e anzol apresentam poucas diferenças, e são instrumentos da pesca artesanal. As primeiras são fabricadas de nylon e facilmente adquiridas nas cidades próximas ou mesmo em pequenos comércios.

Em oficina realizada em setembro de 2012, informaram que os instrumentos pouco tem mudado em relação aos seus avós e pais. Afirmaram que “os instrumentos ainda são os mesmos”, acrescentando ao espinhel e à malhadeira, as técnicas de “curral”, no inverno, e de “camboa”, no verão. Outro nome de instrumento mencionado é a piraquera ou zangalha, cujo uso depende da espécie alvo e da estação. O calendário da pesca no rio Capim acompanha os períodos de chuva e seca. Na época chuvosa – de janeiro a maio, a pescaria tem melhores resultados. Como isca é utilizada a minhoca e o “próprio peixe serve para isca”.

Os instrumentos de pesca são objeto de uma atitude de atenção e observação. Cuidados materiais são acompanhados de uma vigilância para descobrir se “pegaram panema”. Os artefatos como Espinhel e Curral podem pegar “panema”; daí eles devem comprar um novo. Os antigos podem ser utilizados para outras atividades, mas não mais para a pesca. O fato de pegar panema torna improdutivo e pode azarar a pesca. Na visão dos entrevistados, “algumas pessoas usam estes artefatos com panema para fazer feitiço”. Atualmente, os pescadores locais e os que procuram locais de pescaria no rio Capim e vêm de

Paragominas e Ipixuna do Pará, encontram dificuldades para obter, na jornada, peixes pequenos e medianos, e é praticamente impossível, ter a satisfação de conseguir os peixes grandes. As pescarias devem se prolongar, e este maior dispêndio de tempo não é compensado.

A concorrência da pesca comercial –entendida como atividade com objetivo profícuo de comercialização fora do local do produto da pesca – com a atividade feita por membros da família para se garantir o alimento diário tem-se acentuado, sem possibilidade de controle dos “ribeirinhos” do Capim. As “comunidades” buscam produzir esse controle nos domínios de cada comunidade. Desta forma, quando se pesca fora dos domínios da comunidade, há uma forma de parceria com os pescadores das comunidades locais. Isto funciona como uma autorização não formal para a pesca, realizada por uma simples comunicação. Estas regras de exploração dos recursos do rio e da várzea estarão sendo aprofundados na Etapa III da pesquisa.

Entretanto, a diferenciação se estabelece com barcos de pesca que se dirigem para o médio e Alto Capim, com possibilidades de pescarias mais rentáveis. Estes instalam redes maiores ou podem usar formas agressivas, como as relatadas de uso do “bico doce”.

Os comentários sobre a escassez e o tamanho dos peixes, quase minúsculos, foram recorrentes nos relatos ouvidos. Em São Mateus, o senhor Ricardo e sua filha Elizete tinham saído para pescar e regressaram com três pequenos peixes, com menos de 15 centímetros de largura. Outra observação foi feita ao longo da excursão, quando foram feitas tentativas de captura de peixes na Ribeira, em Nova Vida e Deus por Nós.

A destinação comercial da pesca parece ser o elemento indicador de mudanças. Os três entrevistados destacaram a atividade como fundamental ao sustento das famílias e comentaram que hoje em dia “se pega peixe pra vender”. A intensificação das pescarias como a que eles chamam de “bico doce” foi objeto de descrição e de uma acusação aberta, pois esta pesca “acaba, destrói” com os peixes. Segundo eles, os peixes que não são capturados, morrem depois. O “bico doce”, na verdade, é um veneno que é colocado na água para facilitar a captura dos peixes. Os entrevistados disseram que esse veneno influencia na reprodução dos peixes; no período posterior ao uso do “bico doce”, nota-se uma diminuição da quantidade de peixe no rio.

A redução da pesca é decorrente do acentuado desmatamento das cabeceiras de rios e igarapés que deságuam no rio Capim. O desmatamento nos municípios que são banhados pelo rio Capim iniciou na década de setenta e tem-se acentuado drasticamente. Em 2007, ocorreram vazamentos do mineroduto da Vale, fato que é narrado como gerador da contaminação do rio Capim por Caulim. Eles nos narraram que este vazamento causou mortandade de peixes como “sarandí, piau, piranha e arraia”. A mortandade prolongou-se por cerca de 15 dias. A ocorrência foi entre Nazaré até Canaã, influenciando o córrego Goiabal num lago abaixo de Canaã, entre São Sebastião e Canaã.

Entretanto, não foi só a fauna aquática que sofreu com essa contaminação. As pessoas que vivem e trabalham na região sofreram com o contato com a água contaminada. O Sr. José Coutinho da Silva, de 69 anos de idade, nos disse que, nessa época, trabalhou nos fundos da Fazenda Maringá. Ele e outros estavam limpando os “picos” do terreno. Foram três meses de trabalho em que ficavam molhados todo o tempo; utilizavam calça comprida e botas. O Sr. José nos disse ainda que todos os 5 companheiros que lá trabalhavam apresentaram os sintomas. A idade deles era de 69, 35, 28 e 45. A diferença é que os outros se curaram com um mês depois do término das atividades. O problema é que no caso do Sr. José os sintomas ainda não acabaram. Os sintomas são feridas secas, a aparência é de cascas de feridas cobertas por um pó branco. O Sr. José nos disse que sente muita coceira nas feridas, e que, quando ele coça, um pó branco se desprende da superfície e normalmente sangra.

Sobre o tema da segurança alimentar dos povoadores do rio Capim dificultada pela falta de peixe e farinha o autor retomou a entrevista realizada em fevereiro de 2012 com a senhora América dos Santos. Por alguns meses teve que permanecer na cidade de Belém, no

bairro do Guamá, onde moram seus familiares. Em um momento fiz um comentário de lamentação e surpresa. Não tinha recebido farinha de mandioca de Taperinha, o que seria usual de receber agrados de farinha. Portanto, algo está passando, o que está ocorrendo? Essa era a questão não explicitada. Pesca e produção de farinha fundamentais na dieta destas famílias passa por situação de escassez.

As narrativas de outro tempo de abundância, de controle das pescarias entre os povoadores do rio Capim, das regras de usufruto, de distribuição, do prazer de pescar diferentes peixes, contrapõe-se às situações de escassez, com explicações múltiplas (uma delas as transformações provocadas na fauna aquática pelas intervenções na bacia) e as mudanças por força da comercialização. A partir de diversas observações e comentários, é possível afirmar que a segurança alimentar dos quilombolas do Aproaga (identidade coletiva e organização que está em fase de construção em Quiandeua e São Mateus) e mais de três dúzias de povoados está experimentando fome de farinha de mandioca e de peixe, que, além de alimentos básicos, constituem as formas de existência social e cultural desses grupos.

Os pescadores artesanais que vivem na comunidade quilombola de Sauá-Mirim e Alegre Vamos, lembraram de pescarias e passeios ao longo do rio Capim e as visitas a parentes e amigos nos povoados vizinhos localizados à beira deste rio e de Igarapés. Quando, assinalam, alguns deles comentavam sobre a sua rede de relações sociais e de vizinhança. Sobre alguns comentavam se tratar de um bom lugar para se pescar com esta ou aquela técnica.

Os entrevistados não deixaram de mencionar os fatores de contaminação; a invasão de pescadores comerciais no rio Capim. Uma série de informações e os dados construídos a partir deste trabalho de campo serão canalizados para a próxima etapa, de maneira a aprofundar o que representa a pesca do rio Capim como parte de “complexo de pesca” nas sociedades pesqueiras do Pará.

O relatório de Fernando Luiz Tavares Marques teve como título: Rio Capim enquanto Paisagem Arqueológica: Vestígios de Cultura Material. A experiência de pesquisa em cotejo é a de J. Barbosa Rodrigues, pois constitui um estudo de referências históricas sobre o rio Capim e não pode deixar de reconhecer a contribuição. João Barbosa Rodrigues fez observações, não necessariamente sistemáticas, procurou as conexões entre os povos do rio Capim e os “vestígios arqueológicos” que encontrou em 1874. Rodrigues frisa a ocupação do Rio Capim e frisa que nas suas margens e nas cabeceiras grupos humanos antigos estabeleceram e desenvolveram suas habitações e cultura material. Estas observações são incomparavelmente mais densas que as do viajante Alfred Wallace, por volta de 1848. Exatamente 26 anos depois, João Barbosa Rodrigues, em 1875, assinala os vestígios materiais encontrados durante o período de estudos e exploração científica, corroborando a presença indígena nas margens do rio Capim.

Os terrenos elevados mostram sítios arqueológicos e vários deles estão próximos dos pontos visitados pelo naturalista. Outra sinalização está nas falas das pessoas entrevistadas. O senhor Paulo disse que à margem esquerda descendo o rio Capim, na Ilha Gipioca, é um sítio arqueológico, na Taperinha, da Comunidade Bom Intento é um lugar que tem muito “caco”, muita cerâmica. Quiandeua também é um sítio. De acordo com a narrativa de João Barbosa Rodrigues, ao navegar pelo Igarapé Jauaryteua encontram-se fragmentos de “índios primitivos” e outros fragmentos julgou que pertenciam aos Tupinambá.

No relatório desenvolve dois planos: o primeiro as anotações da Excursão realizada entre Quiandeua e Santana; o segundo a Oficina sobre Patrimônio Cultural e Arqueologia que introduziu noções sobre os dois campos de conhecimento e preliminarmente debateu a possibilidade de um trabalho em

Arqueologia Computacional orientado para a montagem de uma “maquete virtual” do Engenho do Aproaga.

Estudos anteriores indicaram a existência de sítios arqueológicos ao longo do rio Capim. Moraes (2011) introduz o debate sobre Antropologia e Arqueologia e assinala os usos e sentidos do patrimônio cultural e argumenta que este assume centralidade no âmbito de políticas de identidade, relações de pertencimento e memória coletiva de grupos sociais. Na investigação realizada pela autora e que resultou na sua dissertação de mestrado (2012) os Povos do Aproaga que incluem um sítio arqueológico, constituído pelo Engenho do Aproaga, também produzem conhecimentos sobre o sítio arqueológico e a sua valorização. Vários artefatos tem sido colecionados. No Museu Paraense Emílio Goeldi, o arqueólogo Marcos Magalhães fez diagnóstico preliminar de vários sítios.

As narrativas desde Quiandeuá até São Mateus produzem o reconhecimento deste sítio, entretanto são menos atentos aos vestígios que se encontram debaixo dos seus pés. No período da Excursão a permanência e pernoite, portanto, mais emorada, ou a mais rápida, de duas a três horas significou ter oportunidade de realizar registros sobre este patrimônio e algumas de suas características.

Em Quiandeuá conversamos com o Sr. Raimundo Aires, de 73 anos, que por sua idade e vivência na área poderia relatar alguma informação acerca da Fazenda Aproaga. Sobre este sítio Aproaga, o Sr. Raimundo afirmou tê-lo conhecido há uns cinquenta e oito anos. Em seguida, estimulado por perguntas sobre antiguidades de coisas e lugares, falou que já tinha olhado alguns “cacos” de panelas antigas de cerâmica e também confirmou ter percebido um material que referiu como “pedra de raio” (termo como é referida a lâmina de machado lítico polido), e inclusive já tinha descoberto uma no próprio sítio Quiandeuá. Quando indagado sobre a presença de índios, Sr. Raimundo ressaltou saber de algumas povoações localizadas na parte mais acima no rio Capim.

Após a conversa, quando voltávamos ao barco, ainda nas proximidades de seu terreno e junto a umas mangueiras bastante antigas, foi possível observar no chão alguns cacos de cerâmica, associados a fragmentos de garrafas de vidro âmbar, além de algumas louças históricas³.

Badajóz é um povoado com fortes sinais de desaparecimento; possuiu duas igrejas: católica e “protestante”. De acordo com a pesquisa arqueológica citada, na ocasião do Diagnóstico tratava-se de um sítio arqueológico cerâmico de “grandes proporções”, cujo solo com material atingia a espessura de até 60cm. Embora não tenhamos descido, aproveitamos para aferir neste local junto ao porto as coordenadas GPS e tirar algumas fotografias. Destaca-se que neste trecho, nas margens do rio, já não mais predominam as palmeiras, apenas vegetação de capoeira.

Prosseguindo a viagem rio abaixo, alcançamos a localidade de Santos Reis, que nos dias atuais é uma fazenda com pasto e gado, mas no passado foi uma importante comunidade. Com algumas árvores de grande porte junto à beira e em um terreno elevado, o aspecto do local pressupõe uma ocupação antiga, com registro no barranco de um perfil de solo de coloração escura. Este lugar já havia sido também registrado como sítio arqueológico, de predominância de cerâmica, em um “refúgio” de até 60cm de profundidade.

Em “Alegre Vamos” foi possível visualizar uma escola e algumas casas. Trata-se também local elevado, com árvores de grande porte, presumivelmente antigas e aí embora não tenhamos descido à terra, medimos as coordenadas e registramos em algumas fotografias. Um pouco mais adiante, chegamos à comunidade São Raimundo, onde havia sete casas. Aproveitamos uma breve parada do barco para tomar coordenadas e fazer fotos. Em seguida, alcançamos a comunidade Lacraia, localizada na margem direita,

No lugar São Tomé, localizado na margem direita e onde observamos no terreno muitos fragmentos de cerâmica em solo escuro. De acordo com Dona Raimunda, moradora local, havia outro lugar também onde já tinha visto muitos cacos.

Localizava-se mais acima, no rio Capim, em sua margem esquerda e ao lado da ilha, sendo conhecido por “Bom Intento”, onde tinha uma “tapera”.

Prosseguindo a viagem descendo o rio mais uns 200m, encontramos a povoação “Canaã”, em um lugar provavelmente antigo, com algumas casas e mangueiras, junto à margem, mas em cota bastante elevada.

Na comunidade “Cipoteua”, situada na margem direita, logo abaixo da boca do igarapé homônimo, em ambiente que também pressupõe uma ocupação antiga, com algumas árvores de grande porte.

Na sequência, localizamos o local que no passado abrigou uma antiga Estação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Atualmente, mostra-se já sem qualquer indício desta ocupação, mas com algumas mangueiras, uma pequena lagoa, e junto à beira, uma rampa em piçarra, usada em tempos recentes para embarque de toras de madeira por madeireiros.

Na povoação denominada “São Luis”, situada na margem direita, e onde tinha algumas poucas habitações. Este local foi também referido na pesquisa realizada pelo Museu Goeldi já mencionada, sendo o sítio reportado como um terraço de 15m de altura, com frequência de material cerâmica em uma área de cerca de 1800m² e com 25cm de espessura do solo arqueológico. No lugar conhecido como Cajueiro, localizado na margem esquerda. Este local, que já havia sido indicado por Dona Raimunda, (moradora da localidade São Tomé), é um sítio em local elevado, com algumas habitações, em volta das quais pudemos observar em nossa visita um solo bastante escuro. Nesta área inclusive, foi possível registrar a presença de material arqueológico, como um fragmento de louça inglesa produzida em fins do século XIX. No local do estabelecimento da Companhia de Mineração Imerys, situada em um terreno bastante elevado, e íngreme, com cerca de 15m de altura, à margem esquerda. No local, além do atracadouro e subestação de energia elétrica, destaca-se a abertura de uma larga rampa que dá acesso à estrada para o interior e também permite interligação com a outra margem, onde há um pequeno comércio, através de pequena balsa e barcos. Mais adiante, rio abaixo, também na margem esquerda, encontra-se o alojamento e outras construções.

Na comunidade Santo Amaro, situada na margem esquerda, onde foi notada pouco mais de uma dezena de construções assentadas na encosta suave do terreno. Lá foram feitas algumas fotografias e tomadas as coordenadas geográficas com o aparelho GPS. Em seguida, também na margem esquerda, observamos o lugar denominado “Pontinha”, que tem este nome por estar situado próximo à extremidade montante de uma ilha. Este sítio apresenta o solo de coloração escura, o que sugere ter tido uma ocupação antiga.

Santa Rosa foi objeto de visita curta. Ali paramos para tirar algumas fotos e anotar as coordenadas. Neste local situado na margem direita do rio há várias construções, inclusive uma casa de farinha, algum comércio e é também acessada por estrada. Nas proximidades encontra-se a fazenda pertencente a um dos proprietários da empresa de transporte Transbrasiliana.

A comunidade de São Mateus, localizada na margem esquerda do rio é um sítio com marcante presença de material arqueológico disperso pelo terreno, sobressaindo-se fragmentos de vasilhas cerâmicas, possivelmente pré-históricas. Ressalta-se também o registro de alguns outros vestígios, característicos de sítios históricos, como algumas louças e vidros.

Como coordenador das oficinas de arqueologia, Fernando Marques esteve atento às **Narrativas e desenhos na Oficina Patrimônio Cultural e Arqueologia. Entendendo que a o** oficina foi um espaço deste trabalho de campo e as atividades foram diversas desde os seus preparativos de exposição do material, entrevistas e conversas paralelas, familiarização com objetos, elaboração de croqui do Engenho do Aproaga até os intervalos para merendar, almoçar. Acrescenta-se que antes visitamos os povoados de Ipixuna e Taperinha para conversar com a senhora América dos Santos, Senhor João

Henrique e João, no primeiro povoado. oficina foi um espaço deste trabalho de campo e as atividades foram diversas desde os seus preparativos de exposição do material, entrevistas e conversas paralelas, familiarização com objetos, elaboração de croqui do Engenho do Aproaga até os intervalos para merendar, almoçar.

O arqueólogo explica os procedimentos da oficina que iniciaram com a apresentação de um painel expositivo com o conteúdo sobre o Patrimônio Cultural e a Arqueologia. Neste sentido foi abordada a variabilidade da natureza dos vestígios materiais e imateriais relacionados aos modos de vida das sociedades no passado e a importância do seu estudo por meio da Arqueologia. Foi enfatizado o fato do lugar do Engenho, Casarão e Fazenda Aproaga, como é denominado, se constitui de fato um sítio arqueológico, e por esta razão estar sujeito a uma legislação que impõe sua preservação. Foi ainda apresentado um resumo das etapas de uma pesquisa de arqueologia, realçando a diversidade das fontes a serem estudadas, como os documentos escritos, as imagens, as construções e também os objetos, além da informação oral dos antigos moradores da área.



Figura 21. Fernando Tavares comenta sobre os objetos arqueológicos

Também, no intuito de explicar como reconhecer os diferentes materiais presentes nestes lugares do passado, foi apresentada uma pequena exposição onde os presentes puderam manusear algumas amostras de material arqueológico histórico, como: vasilhas e cachimbos em cerâmicas; artigos em caulim, como cachimbos europeus; pratos e tigelas em louças de faiança portuguesa e faiança fina inglesa, típicas dos séculos XVIII e XIX; garrafas de cerveja e tinteiros em grés; garrafas e frascos de medicamentos em vidro; e vários artigos em metais, com colheres, moedas e medalhas.

Na seqüência, foi apresentado um pequeno resumo do estudo desenvolvido acerca dos engenhos de cana-de-açúcar coloniais no estuário amazônico, ressaltando a importância dos relatos de memórias na interpretação de ruínas de construções ainda existentes nestes lugares.

Com base nesta reflexão foi sugerido então aos presentes que fizessem o exercício de relembrar como era o prédio do Engenho Aproaga. Nesta atividade, foram organizados quatro grupos de indivíduos para que com uso de lápis e papel, desenhassem o que poderiam lembrar do antigo casarão. O objetivo, tal qual no estudo de Igarapé-Miri, é o de elaborar uma maquete eletrônica do prédio, com suas características arquitetônicas marcantes.

Os dois eventos descritos neste Relatório de campo guardam estreita relação com as práticas de pesquisa sobre patrimônio cultural enfatizando a Arqueologia em diálogo com a Antropologia. Durante a excursão e com cada grupo que foi estabelecida uma relação de pesquisa indagou-se se conheciam o Engenho do Aproaga. Não houve caso de uma resposta negativa. Todos conheciam e se vincularam de diferentes formas: como remoto lugar onde trabalharam os avós, os pais; como transportadores de madeira para o beneficiamento na serraria que nele funcionou; como recordação de ter passado várias vezes na sua frente. Na identificação de sítios arqueológicos a equipe conferiu a quantidade e a diversidade dos sítios, assim como indícios de sua anciandade.

Na oficina houve avanços na “reconstituição” pelas falas de como era o edifício, embora outras estratégias de pesquisa devam ser elaboradas para que progressivamente se tenha uma percepção mais completa. Nesta oficina foram levadas fotografias do prédio, desde o exterior. As janelas, as portas parecem os marcadores mais importantes. Entretanto, houve diferenças de apresentação das salas, dos corredores, das portas. Será que a organização em pequenos grupos facilitaria este exercício. Aqui lembramos que alguns participantes fizeram questão de conversar com o pesquisador, interpretando que estavam sendo feitas descrições inconsistentes.

3. PRÁTICAS DE PESQUISA: OFICINAS, ENTREVISTAS

O locus de pesquisa deste projeto o constituem as comunidades quilombolas que se autodenominam Povos do Aproaga. Essas unidades encontram-se localizadas no Baixo rio Capim. Como já foi mencionado os pesquisadores do Projeto estiveram dedicados a apoiar a realização do Relatório Histórico Antropológico, de maneira a instrumentalizar, de forma totalmente gratuita, uma peça indispensável para o processo de titulação e demarcação desse território com base no Artigo 68 das ADCT 1988 e do Decreto 4887 de 2003. Nos diversos trabalhos de cartografia realizados temos o mapa abaixo que indica a localização das cinco comunidades.



Figura 22. Comunidades Quilombolas do Território Povos do Aproaga

O trabalho de campo extrapola esses limites haja vista a interpretação do povoamento do vale do rio Capim, a constituição de sistemas econômicos e sociais, desde o século XVIII adensando o povoamento dentro das definições do modelo de colonização europeia que praticou ações de exterminação física e cultural de povos indígenas e introduziu os escravizados de África.

No mapa encontram-se georreferenciadas as cinco comunidades. Anotamos que as atividades foram centralizadas em Sauá Mirim onde existia, até 2014, a sede construída em madeira da AQURC e que por sua centralidade é escolhida para reuniões. Na viagem realizada em novembro de 2014, este prédio estava sendo substituído por outro de alvenaria.

A terceira etapa do Projeto de Pesquisa “Diagnóstico do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser realizado em Parceria com as Comunidades Locais” teve como atividades principais: Completar o levantamento de documentos históricos sobre a região do Capim, sistemas de produção e engenhos coloniais; Realizar trabalho de campo nas comunidades quilombolas de Taperinha, Sauá-Mirim, Ipixuna, Alegre Vamos, Benevides e entrevistas em Santana do Capim; Executar medições no engenho Aproaga; Realizar Oficina na comunidade de Sauá Mirim, com participação das comunidades de Taperinha, Nova Ipixuna, Alegre Vamos e Benevides sobre Memória do prédio do Engenho Aproaga; Transcrever as fitas e vídeos; Selecionar e fazer a preparação de fotos para montagem de vídeo clips; Sistematizar os documentos diversos para elaboração do Álbum, da Exposição fotográfica e de três vídeos- clips; Organizar o Seminário final; Reunião com membros da AQURC e professores em Taperinha para informar sobre resultados deste trabalho. Insere-se ainda nessa agenda a escrita do artigo

Escrever o artigo intitulado *Quilombolas do Aproaga, Vale do rio Capim: Território como eixo de identidade coletiva e patrimonialização cultural* de autoria de Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Eliana Ramos Ferreira, Fernando Marques, Irislane Pereira de Moraes, Ângelo Pessoa Lima, Manoel Clauderi Coutinho da Luz a ser publicada em coletânea organizada pelo PNCSA.

No Relatório apresenta-se a descrição pormenorizada, com apoio amplo das fotografias sobre estas atividades que representam o encaminhamento para a fase final do Projeto. .

A) No interregno de junho a agosto, procuramos dar continuidade às buscas de documentação nas instituições de pesquisas, para deslindar as filigranas acerca do engenho Aproaga, encerradas nos diversos documentos, cruzando as informações e os dados, já coletados, com os que foram encontrados no período de junho, agosto e setembro. Outra etapa efetivada foi a sistematização do registro dos documentos, da década de 1940, existentes e coletados no Cartório de Licínio Rodrigues, localizado no município de São Miguel do Guamá sobre a Fazenda Aproaga.

Dessa busca incansável nos arquivos cruzam-se os diferentes documentos. No Centro de Memória da Amazônia foi localizado o Auto de Avaliação do “Sítio denominado Tapéira-Assú”, realizado em quatorze de novembro de 1911, situado no rio Guajará, município da Capital freguesia da Sé. O referido sítio possuía “casa de vivenda, coberta de telha, plantações de árvores frutíferas, dezesseis caminhos de seringueiras no estado e mais benfeitorias existentes, medindo as respectivas terras meia légua de frente e uma de fundos(...)”. Esse sítio era da viúva d. Francisca Fanjas, que herdou por morte de seu marido, o senhor Jean Fanjas, tendo sido avaliado em vinte contos de reis. Essa certidão foi utilizada no dia doze de março de mil novecentos e quarenta e um, por d. Francisca Fanjas para proceder ao registro do Sítio supracitado no Cartório de Licínio Rodrigues, sob o nº de ordem 858

B) No período de 15 a 17 de junho foi realizado um período de trabalho de campo no qual participaram os pesquisadores: Eliana Ramos Ferreira, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Fernando Marques Tavares e também participou como colaborador o jornalista Carlos Pará. A equipe se hospedou no Hotel Amazônia, em Mãe Maria e realizou viagens diárias para as comunidades quilombolas de Taperinha, Sauá-Mirim, Nova Ipixuna, Benevides e ainda o fez até Santana do Capim para realizar entrevistas, as oficinas e as medições no sítio arqueológico do Aproaga. Entre os objetivos deste período de campo listam-se:

- entrevistar pessoas que conheceram o engenho do Aproaga e através da memória continuar na reconstrução do prédio. No decurso das entrevistas se confirmou que as narrativas sobre o edifício nas diversas falas refaziam as experiências e subjetividades conectadas com um universo simbólico e afetivo de grande riqueza e relevância.
- realizar as medições e fotografias dos vestígios do engenho Aproaga.
- encontrar os professores das escolas quilombolas para apresentar a pesquisa e destacar a relevância para o ensino nessas escolas.
- ampliar as fotografias sobre trabalho – pesca, roça, artesanato e identificação do território.
- ensinar a utilização de instrumentos tal como as trenas, bússolas.
- refletir sobre recentes conflitos intra grupos pelo território, como observado em relação a Benevides.

Alguns destes itens são destacados como item deste relatório pela sua relevância para o projeto.

Entrevistas

Os nomes dos entrevistados foram sugeridos nas várias etapas da pesquisa quando se indicavam as pessoas que nasceram, moraram, trabalharam no engenho, em especial, na fase em que se constituiu como comércio ou quando funcionou na proximidade uma serraria. A realização das entrevistas nos mobilizou para as residências destas pessoas, tanto em Santana do Capim como nos povoados quilombolas de Sauá Mirim, Nova Ipixuna e Taperinha. De forma breve, apresentam-se no quadro abaixo os nomes dos entrevistados:

Nome	Localidade	Foco das memórias e narrativas
Dona Lourença 92 anos	Mora em Santana de Capim	A memória afetiva do casarão e focaliza as pessoas que viviam e que ela conheceu no engenho Aproaga . A entrevista foi iniciada no dia 16 de junho e finalizada na manhã do dia 17/6.
José Ruela	Santana do Capim Trabalhou no prédio do engenho	A memória registra com lucidez o prédio, seus compartimentos e formas de acesso. Na vila de Santana no dia 15 de junho de 2013.
João Henrique	Taperinha	Memória do Casarão pois durante a infância circulava pelo prédio, regularmente. Estava na companhia de sua esposa. No dia 16 de junho
América dos	Taperinha	Memória do Casarão. Ela chegou a

Santos		trabalhar no engenho Aproaga. Na sua casa no dia 16 de junho.
Estandico Coutinho da Luz	Taperinha	Apresentou dados importantes para identificar as áreas de circulação e o pavimento superior. Recorda as escadarias e a divisão interna. No intervalo da oficina foram feitos os registros.
Raimundo Aires	Quiandeua – alto rio Capim	Narra as viagens que fazia desde Quiandeua até Santana e com prolongamento no engenho Aproaga. Suas lembranças enfatizam o comércio e a existência da serraria

As fotografias abaixo foram tomadas em momentos de realizar entrevistas e filmagens. O pesquisador Fernando Marques realizou o aprofundamento de entrevistas com base em um roteiro que incluía diversas questões sobre o prédio, insistindo na disposição e divisórias dos compartimentos, formas de uso dos cômodos, modos de acesso, materiais e possíveis reformas.

Outras entrevistas se orientaram para ampliar o conhecimento sobre o trabalho na roça, na pesca, no artesanato e foram realizadas nos respectivos povoados ou acompanhando a sessão de georreferenciamento.

Entrevistado	Localidade	Conteúdo
Dona Agueda	Benevides	Território, roças e conflitos
João da Conceição da Silva Santos (Pitada)	Nova IPIXUNA	Pesca e roça
Manoel Clauderi Coutinho da Luz	Taperinha	Pesca, roça
Ana Cristina Ferreira da Silva	Benevides	Sítio Aproaga

C) MEDIÇÕES E FOTOGRAFIAS DOS VESTÍGIOS DO ENGENHO APROAGA. Nos dias 16 e 17 foi realizado o trabalho de medição do prédio do Aproaga que foi conduzido pelo pesquisador Fernando Marques TAVARES, com a ajuda de Manoel Clauderi Coutinho da Luz e João da Conceição da Silva Santos (Pitada). Essa atividade consistiu em limpeza do terreno e medições sobre o traçado das ruínas, de forma a conferir a existência de paredes internas, das divisórias. Com este trabalho foram coligidos os dados que permitirão montar uma maquete digital, em três dimensões, com base nas experiências do mencionado pesquisador.



Figura 23. Fernando Marques e Manoel Clauderi da Luz realizam medições e conferem com um croqui.

Figura 24. Fernando Tavares e João Conceição Silva dos Santos realizam escavações para verificar as paredes



Figura 25. Fernando Marques realiza escavação para verificar paredes do engenho Aproaga



Figura 26. Georreferenciamento do sitio da roça da Sra. Agueda (próximo de Benevides).

D) OFICINA NA COMUNIDADE DE SAUÁ MIRIM, COM PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES DE TAPERINHA, NOVA IPIXUNA, ALEGRE VAMOS E BENEVIDES SOBRE MEMÓRIA DO PRÉDIO DO ENGENHO APROAGA.

No dia 16 de junho de 2013, no horário da tarde estiveram reunidas no salão da comunidade de Sauá-Mirim para realizar uma oficina que teve como tema o prédio do engenho Aproaga os professores das Escolas de Taperinha, Alegre Vamos, os estudantes, os quilombolas. Todos receberam material impresso (Boletim Destaque do MPEG), uma prancheta, lápis e borracha.

Depois da explanação do pesquisador Fernando Marques Tavares sobre os objetivos da oficina orientada para a rememoração do prédio do Aproaga os presentes se orientaram para representar tanto o que lembravam como as descrições do mesmo. Esse exercício teve duração de três horas e culminou com uma representação a partir da memória coletiva.



Figura 27. Banner apresentado pelo pesquisador Fernando Marques aos quilombolas do Aproaga e introdutório à oficina



Figura 1. Distribuição dos materiais para os participantes da Oficina.



Figura 28. Fernando Marques inicia a apresentação do croqui do engenho, realizado com base em croqui desenhado na oficina de março de 2013 e descrições. Na primeira fila estão a professora Ana Cristina e o professor Antonio José do Nascimento Amaral.

Figura 29. O Senhor Estandico da Luz e o professor Antonio José do Nascimento Amaral observam e comentam a versão do croqui e analisam a foto do engenho Aproaga.





Figura 30. Assinatura do Termo de Cessão de Imagem por Manoel Clauderi por um dos participantes

Figura 31. A atividade de desenho do grupo foi compartilhado por adultos e crianças.





Figura 32. Professores Francisca Clenilda N. Amara e Antonio José do Nascimento Amaral participaram da Oficina e da reunião com os professores.



Figura 33. Alunos da Escola de Ensino Fundamental de Taperinha fotografados na sala de aula

No dia 16 de junho foi realizada uma reunião com os professores das escolas quilombolas do rio Capim (com seis professores presentes) com objetivo de expor o projeto e vincular os resultados da pesquisa aos conteúdos das disciplinas ministradas. O diálogo entre os pesquisadores e professores foi profícuo em identificar esses conteúdos em todas as disciplinas e foram referidos os trabalhos doados para a Associação Quilombola Unidos do Rio Capim – AQURC. Ainda, foi exposta a ideia do Seminário do Projeto e se estendeu o convite para cada professor participar.

Na oportunidade a proposta era de realizar o dito Seminário em Belém e se debateram estratégias de transporte, hospedagem, inclusive, referindo-se as possibilidades de contar com o apoio da Prefeitura do município São Domingos do Capim, Aurora do Pará e Mãe do Rio.

E) TRANSCRIÇÃO DE FITAS E VÍDEOS.

Durante o tempo de execução do Projeto foram realizadas diversas entrevistas que estão em fase de transcrição e deverão ser inseridas no corpo dos textos tanto do álbum como da exposição. Citam-se entre elas: Dona América dos Santos, Dona Lourença Maria da Conceição, José Ruela, João Henrique, João Conceição da Silva Santos, Dona Aguida. Algumas narrativas sobre a territorialidade específica dos povos do Aroá, sobre as formas de existência social e práticas culturais terão destaque no Álbum e nos materiais para a exposição.

G) SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE FOTOS PARA MONTAGEM DE VÍDEO CLIPS.

O Projeto reuniu aproximadamente 1500 fotos¹⁸ realizadas nas três etapas de campo: setembro 2012; março e maio de 2013. A classificação desse conjunto implicou uma série de debates sobre classificação por tema, assunto, local e ainda sobre as fotos a escolher para constar dos produtos já assinalados.

Algumas fotos foram devolvidas para os quilombolas como presentes. O conjunto comporá o álbum e a exposição e estas correspondem a temáticas diversas que estarão inseridas nos produtos citados.

Os fotógrafos foram os próprios pesquisadores: Eliana Ramos Ferreira, Irislane Pereira de Moraes, Ângelo Lima, Fernando Marques, Rosa Acevedo Marin e o jornalista Carlos Pará. Este último foi convidado a conhecer os quilombolas do rio Capim após termos dialogado sobre o trabalho no Álbum e na Exposição e acompanhou o trabalho de campo para a terceira etapa, em junho de 2013.

Na classificação das imagens destacaram-se três temas gerais:

- quilombolas do rio Capim;
- b) os antigos quilombolas
- c) patrimônio arqueológico do rio Capim.

O primeiro correspondeu em uma nova divisão aos sub-temas:

- Paisagem;
- festas e devoções,
- crianças,
- povoados do rio Capim, casas e objetos

¹⁸ O total indicado é produto da subtração de imagens sem resolução ou sem qualidade seja por cortes, falta de foco.

- trabalho.

Com base nestes critério foi feita a organização das fotos. Adianta que este trabalho sobre as fotos não foi previsto no projeto. A atenção que está sendo dispensada deve-se a vários motivos. Primeiro, o interesse dos quilombolas pelas fotos. Segundo, o sentido de devolução de imagens para o grupo, sem restrições e com qualidade estética. Terceiro, a relevância histórica e afetiva das fotografias. Os registros de vídeo respondem pelas mesmas justificativas.

Ao longo da pesquisa foram entregues fotografias na forma de presente individual e em atenção às relações sociais de pesquisa com algumas pessoas. A ideia de montagem de slide vídeo denota a relação com o coletivo.

F) SISTEMATIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DIVERSOS PARA ELABORAÇÃO DO ÁLBUM, E DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA E DE TRÊS VÍDEOS- CLIPS.

No período seguinte ao trabalho de campo de junho de 2013 se continuou o estudo dos produtos e de sistematização de documentos para sua documentação, aqui inserindo os mapas, as fotos, os documentos históricos. Esses diversos documentos estarão permitindo montar a exposição fotografia, três vídeo –clip com os tema gerais: quilombolas do Aproaga: os antigos quilombolas e Patrimônio arqueologia do rio Capim.

A propósito do Álbum reitera-se a proposta já feita e que foi objeto de várias reuniões de trabalho com o jornalista Carlos Pará. Destacamos que foi feita uma proposta financeira apresentada em junho à FADESP que reúne conteúdo e qualidade estética dessa produção.

Esse trabalho exige uma negociação sobre prazos de entrega, execução e pagamentos de diagramador, designer e serviços gráficos. O álbum com o título Povos Tradicionais do Capim: cultura e territorialidades deverá constar entre 110 a 120 páginas coloridas e com tiragem de 500 exemplares.

H) ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO FINAL NO LOCAL.

O projeto de pesquisa “Diagnóstica do Engenho Aproaga e seu Entorno a ser realizado em Parceria com as Comunidades Locais” teve a proposta de realizar um Seminário final de exposição e debate dos seus resultados, a ser divulgado com as comunidades, com os professores e estudantes. No início a atividade esteve proposta para Belém e com este perfil foi divulgado em junho de 2013, notadamente entre os professores que manifestaram grande interesse. Em relação aos quilombolas foi sugerida identificação por comunidade. A proposição era mais abrangente prevendo a participação de quilombolas do Pará (municípios de Cachoeira do Arari, Salvaterra, Moju, Concórdia do Pará, Bujaru, Colares) que possuem um patrimônio arqueológico sobre o qual eles realizam uma politização e reivindicam políticas culturais.

No mês de julho foi realizado um levantamento preliminar de custos do Seminário que se elevavam a mais de R\$ 7.500,00 - em parte devido ao período assinalado, a primeira quinzena de outubro no qual os preços de hotéis se elevam pelas demandas da festa da padroeira Nossa Senhora de Nazaré. O seminário a realizar-se em dois dias exigia custo de hospedagem.

O estudo financeiro nos leva a considerar mais viável um Seminário local, com incidência e repercussão em nível dos municípios, especialmente, São Domingos do Capim e com custo menor de transporte, alimentação. Este seria mínimo em termos de hospedagem e transporte rodoviário ara os pesquisadores, convidados e contando com a presença de técnicos do IPHAN.

Com base nesse segundo plano confirmamos neste relatório a proposição do Seminário com divulgação da Exposição e lançamento do Álbum. Este não é incompatível com uma cerimônia de conclusão do projeto na sede do IPHAN em um padrão menos oneroso.

No período de junho até agosto de 2013 foi mantido o ritmo de pesquisa, embora as atividades centrais como a reflexão e trabalho sobre os conteúdos do Álbum e da Exposição tenham sido parcialmente desativadas, tanto pela dificuldade para definir um cronograma de desembolso financeiro, fundamental à contratação dos serviços como pelos envolvimento dos pesquisadores em cursos – exemplo do PARFOR, do Curso da Faculdade de Etnodesenvolvimento em Altamira, viagens para apresentação de trabalhos no exterior, conclusão de dissertação de mestrado e atividades gerais de pesquisadores e professores, como é o perfil da equipe.

Nesse intervalo houve uma sistematização da documentação como foi exposto o que facilita avançar no tocante à elaboração de vídeo slides, de transcrição de fitas e de examinar sua utilização para os produtos finais aqui mencionados.

Os pesquisadores e as comunidades estão na expectativa de concluir, com sucesso, este projeto de pesquisa, de interesse dentro da política cultural comunitária e das instituições envolvidas, isto é o IPHAN e a Universidade Federal do Pará.

4. SEMINÁRIO FINAL PATRIMONIO CULTURAL, TERRITÓRIO E MEMÓRIA

O Seminário Final com o título Patrimônio, Território e Memória teve como objetivo principal produzir e sistematizar as reflexões coletivas do Povo do Aroá sobre “patrimônio”, “preservação” e as concepções de objeto, artefato, museu.

Na Biblioteca Municipal da cidade de São Domingos do Capim foi realizado o Seminário, no dia 13 de setembro de 2014. Nesse evento foi exposto um dos banners da “Exposição Povos do Aroá: patrimônio imaterial e memória”, também o Álbum na versão em fase de revisão naquele momento.

De conformidade com as práticas e relações de pesquisa aqui descritas tivemos um encontro com os quilombolas e o presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos do Rio Capim – AQURC. O presidente da AQURC senhor Manuel Clauderi Coutinho da Luz esteve em Belém para levar os Ofícios dirigidos ao Senhor Alberto Yoit Nakata - Prefeito do Município e a Secretaria Municipal de Educação. Igualmente uma parte dos recursos financeiros para gastos com alimentação. O Prefeito colaborou com o transporte terrestre desde as comunidades até São Domingos do Capim.

Patrimônio Cultural, Território e Memória

DATA: 13 DE SETEMBRO DE 2014

LOCAL: BIBLIOTECA PÚBLICA IGREJA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

9:00 ABERTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, AQURC, IPHAN, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

10:00 PATRIMÔNIO, CULTURA E TERRITORIALIDADE DOS POVOS DO AROÁ

Pesquisadores: Rosa Acevedo Marin (PPGA/UFPa), Eliana Ramos Ferreira (NPI/UFPa), Fernando Tavares Marques (MPEG)

Comentarista: Diogo Menezes Costa (PPGA/UFPa)

Abertura da Exposição: **Povos de Aroá: território, memória e patrimônio**

Pré- Lançamento do Livro: **Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim**

Público participante: Quilombolas do Rio Capim e Professores da Rede Municipal de Ensino

No salão da Biblioteca estiveram presentes 79 pessoas que fizeram o registro dos seus nomes na lista de frequência em anexo. Destes destacou-se o grupo procedente das comunidades quilombolas de Taperinha, Sauá Mirim, Benevides e Alegre Vamos.

A Mesa inicial foi formada pela Senhora Maria Dorotéia de Lima, Superintendente do IPHAN, autoridades locais (representante do Prefeito, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura), presidente da AQURC e coordenação do Projeto.

No intervalo para a segunda Mesa com o título Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Povos do Aroá houve apresentação de vídeo makers.



Arqueologia no Vale do rio Capim

O estudo dos lugares antigos sob o enfoque da Arqueologia permite a compreensão dos modos de vidas das sociedades do passado, que se expressaram de várias formas em seu cotidiano.

O uso do espaço, a escolha de materiais, a elaboração, transformação e descarte de objetos podem refletir os costumes que são próprios de sua cultura ou resultantes de interações com outros grupos étnicos.

No vale do rio Capim é possível constatar indícios de inúmeras povoações oriundas da antiguidade, assim como também aldeias indígenas, missões religiosas, fazendas e assentamentos de quilombos, relativas aos períodos colonial e imperial.

Em pesquisa arqueológica feita pelo Museu Emílio Goeldi em 1999 foram registrados 34 sítios ou ocorrências arqueológicas pré-históricas, situados ao longo do rio Capim, desde sua foz até as proximidades do Igarapé Cupijó, em um percurso de cerca de 250km.



Esta marcante densidade se equipara ao número de localidades ou empreendimentos existentes em fins do século XIX, conforme assinalado no mapa de Barbosa Rodrigues datado de 1875, e em relatos de viajantes exploradores.

O naturalista inglês Alfred Russel Wallace, esteve naquela região em 1848, afirmou que havia no rio Capim "... lavouras de cana e de arroz e as casas construídas pelos primeiros portugueses que se estabeleceram ali, com bonitas capelinhas, as cabanas dos negros e dos índios em roda de suas propriedades, tudo melhor de aparência e gosto em confronto com qualquer das construções agora erigidas ali."

Nos dias atuais a paisagem local apresenta um panorama bem distinto daquele testemunhado no passado por viajantes exploradores.

Daquela período de prósperas fazendas, engenhos e outras propriedades restaram apenas resquícios.

Na maior parte encobertas pela vegetação, algumas destas construções estão já em ruínas, num estado de quase completo abandono, mas de consistente presença na memória na população remanescente.

Ainda hoje em várias localidades é muito comum encontrarmos em meio ao terreno dos sítios, alguns pedaços de objetos antigos como pratos, garrafas, moedas.

O estudo detalhado destes achados pode ajudar a reconhecer os aspectos culturais das pessoas que lá viveram, como seus costumes, seu cotidiano, suas escolhas – enfim, a sua vida material.



Alguns restos de vasilhas cerâmicas podem ser encontrados na superfície do estrato que dá acesso à localidade de Tapereza.



Coleção de vários materiais antigos que foram recolhidos em área próxima ao Engenho Apragá e estão guardados pelo professor Ana Cristina Ferreira da Silva, em Benevides.



Fragmento de louça achado próximo ao Engenho Apragá.



Conjunto de restos de pratos e tigelas de faiança fina encontrados na área do Engenho Tapereza.



Pedaço de vasilha cerâmica registrada na área da povoação Nossa Senhora do Carmo.



Na localidade de Capineiro foi encontrado um fragmento de prato em faiança fina indígena, com marca de fabricação datada da segunda metade do século XIX.



Fragmento de cachimbo cerâmico decorado, achado na área da povoação Nossa Senhora do Carmo.



Vários cravos de ferro observados na área da povoação Nossa Senhora do Carmo.

A proposta do Seminário Final Patrimônio, Cultura e Territorialidade cumpriu a contento seus objetivos por ter submetido a um público amplo formado por estudantes, professores, técnicos, moradores do município de São Domingos do Capim e, prioritariamente, os quilombolas o resultado de um trabalho de pesquisa rigoroso que se enquadra no campo da Antropologia Social, Arqueologia e História.

Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos os quilombolas, identificadas no projeto como “comunidades locais” tiveram uma participação permanente, ativa e que representa o reencontro de significados do patrimônio cultural, o qual é fundamento de reivindicações territoriais e reconhecimento de direitos étnicos.

Outro fato revelador desse envolvimento com as comunidades locais observou-se com a presença de estudantes adolescentes que estiveram acompanhados por seus professores e manifestaram grande interesse, pois não tinham nenhum conhecimento desta realidade histórica e antropológica.

Conforme estabelecido no Projeto apresentado ao IPHAN e aos quilombolas este deveria responder às expectativas de mais de quatro anos dos Quilombolas do Aroá solicitaram e mobilizaram pesquisadores e técnicos do IPHAN em relação a um fragmento valioso do seu patrimônio cultural - símbolo de pertencimento e de identidade, o que o define como elementos centrais de sua “autoconsciência cultural”. Reiteramos o que já é apontado em outros textos que a afeição, sentimentos de pertença e politização do patrimônio que esses agentes sociais realizam correspondem a uma manifestação de “autoconsciência cultural” que conforme Shallins “se vem desenvolvendo entre as antigas vítimas do imperialismo é um dos fenômenos mais notáveis da história mundial no fim do século XX”. (SAHLINS, 2005. P. 17).

5. PRODUÇÃO DO ÁLBUM E BANNERS

A construção, montagem e em geral a concepção do álbum representa um trabalho que está na base do projeto, desde seu início. De forma, progressiva foi debatido o seu conteúdo e forma.

A primeira observação é sobre a necessidade deste texto retratar as realidades localizadas, inserindo as questões que surgiram no decorrer da pesquisa e foram assinaladas pelos próprios quilombolas como um conteúdo a ser destacado. Exemplificamos com a ação de ocupação que realizaram nos dias 18 e 19 de novembro de 2013 (registrada na p. 23). Sob outro ângulo da historicidade e identidade o desejo de ter no álbum a fotografia do senhor Vergino dos Santos, personagem importante da história recente.

A segunda questão a ser levada em consideração é um material didático, pedagógico com uma linguagem adequada. Pensamos ter feito de forma cuidadosa essa produção.

Uma terceira observação foi sobre a fotografia com atenção a uma seleção que inseri-se a maioria das pessoas do sistema de referência social e político. Apesar de reconhecer a dificuldade que representa em relação à prática e direito autoral, as fotos estão sem autoria. Havia um acordo implícito de fazer desta forma. Agradecemos a confiança dos nossos colegas que em campo fotografaram e permitiram que elas estivessem abrilhando o álbum.

A montagem do livro e as adequações técnicas entre diagramação e conteúdo significou construir um diálogo com os especialistas em projeto gráfico e editoração. Compartilhamos com esse profissional uma tarefa nada fácil.

A ideia de construir um livro coletivo foi apresentada aos cinco pesquisadores que idealizamos, iniciamos e executamos até a fase final do projeto. Eliana Ramos Ferreira, Fernando Tavares Marques e Rosa Acevedo Marin fizeram da sua execução uma “pequena batalha a vencer”.

Os banners estão em sintonia com os relatórios e deles é extraído o texto, a fotografia e a forma. Esse mérito é do Fernando Luis Tavares Marques que trouxe para cada Banner a fotografia, o texto, a disposição e a linguagem gráfica. Esse cuidado está presente na parte do trabalho que tem a sua marca, quando realiza a maquete e os detalhamentos do Engenho, em um desejo de produzir, acreditamos, dois sentimentos - um de admiração pela obra, pelas palavras ditas a respeito pelos quilombolas; outro, de desencantamento do que continua a ser motivo de destruição, a indiferença dos que apenas tem o sentimento do objeto material, que pode ser objeto de novas investidas.

A proposta é realizar a divulgação do patrimônio dos quilombolas do rio Capim e nesse sentido será agendada a apresentação e debates em vários espaços públicos, especialmente escolas. Preferencialmente, essa agenda deve ser acompanhada da presença dos quilombolas do Aproaga, de maneira a visibilizar a obra e os agentes sociais que fizeram possível esta existência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é uma interminável reflexão e auto-reflexão sobre o que fizemos ou deixamos de fazer. As limitações para o fazer são internas – uma indiferença, rotinização para com o ofício. As externas são diversas e confusas. Neste final do projeto, fazemos das externas uma experiência e aprendizagem de trabalhar com o IPHAN. As internas foram suficientemente controladas de tal forma que não impediram finalizar este projeto e entregar aos Povos do Aroá, aos povos do Capim, aos povos tradicionais, o seu sentido de patrimônio. Reconhecemos que nela está a tradição e em cada uma de suas formas e pensamento a resistência ante poderosos interesses, tal como os examinados sobre a terra e os seus recursos, que quer os submeter e negar.

Queremos ter a confirmação da satisfação dos quilombolas do Capim e do Brasil por termos contribuído à escrita deste álbum. Informamos, que na medida das possibilidades, todos os materiais terão disponibilidade pública. Algumas ações contribuem para essa publicação e acessibilidade pelos quilombolas. A montagem dos video makers foi uma forma de distribuir, devolver as fotos tomadas. Esses video makers foram feitos em edição limitada. Nenhum deles pode ser divulgado pois contem fotografias de pessoas que não assinaram o Termo de Consentimento de Uso de Imagem e Voz, exigido pela Lei e explicitamente cobrado pelo IPHAN. Nesse sentido, confiamos ter agido conforme a lei. A segunda, a página Web do Projeto que será apresentada aos quilombolas lhes permitirá inserir notícias sobre o patrimônio ou temas do interesse, como a luta pela titulação do território.

A maioria dos materiais está em base digital e será disponibilizado aos interessados. No tocante aos materiais de pesquisa, relatórios, documentos, gravações de áudio devem ser objeto de um debate final, no qual é preciso ouvir os quilombolas.

E porque queremos ter a confirmação da satisfação dos quilombolas do Capim, fazemos a declaração de nossa grande felicidade de ter trabalhado com você e agradecemos humildemente. Sabemos que os olhos de Dona América, dona Lourença, dona Beroça, dona Guida, dona Adelaide ficaram arregalhados. Os senhores Estandico, Raimundo, Joaziho, João Henrique, Gomercindo farão um modesto consentimento de alegria. Os novos e novas, dona Teresinha, Manoel Cláudio, Pitada tem o sentido do “novo” que eles receberam.

Confiamos em produzir novos atos de pesquisa nos lançamentos, nos eventos em que este material seja divulgado. Uma forma de viver e resistir.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (1985). Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Brésil) sous le regime colonial et sous l'Empire (XVIIe - XIXe siècle) Paris, 1985 (Tese de Doutorado apresentada à École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales).

_____. (1995). Censo de Macapá - 1808. In: Anais do Arquivo Público do Pará. Belém, Secult, Pará. V.I, T. I, (p.179-221).

_____. (2004). Julgados da terra: cadeias de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares. Pará, Belém.

ACSERALD, Henry. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ACSELRAD, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Relume & Dumará. (p. 13-35).

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (1986). As Terras de Uso Comum e os Critérios de Titulação, in *Proposta de Trabalho*, Brasília, INCRA, mimeo. Do mesmo autor: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, 1989. p. 163-195.

_____. (2004). Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, ANPUR. Maio, (p. 9-32).

_____. (2008). Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, “faxinais e fundos de pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. 2ª Ed. Manaus, PGSCA – UFAM, (p. 25-127).

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV / ABA, 2000. (p. 43-80).

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto, terras tradicionalmente ocupadas.. 2ª. Ed. Manaus. PGCSA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto, terras tradicionalmente ocupadas.. 2ª. Ed. Manaus. PGCSA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. (1986). As Terras de Uso Comum e os Critérios de Titulação, in *Proposta de Trabalho*, Brasília, INCRA, mimeo. Do mesmo autor: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: **Cadernos Naea**. Belém, n. 10, 1989. p. 163-195.

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso. Sistema de uso comum e recursos em comunidades quilombolas no Vale do Rio Capim (PA). Belém, Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos

Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-PDTU. 2008. 201f.

CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas. São Paulo. FFLHC, USP, 2000. Tese de doutorado.

CAMPOS, Nazareno José de. As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil. In. Observatório Geográfico America Latina. (11 p.).
<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>

ALMEIDA, A. W. B.; NETO, J. S.; MARTINS, C. C. (2005). Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf. (p. 186)

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Carta de Datas de Sesmarias. Uma leitura dos componentes mão-de-obra e sistema agroextrativista do vale do Tocantins Colonial. NAEA, Paper nº 151. Junho/2000.

_____ (1998) Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins-État du Pará – Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIIIème siècle et la première moitié du XIXème siècle. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.

_____ (1999) O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial: Agricultura para consumo e para exportação. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, EDUC, Nº 18, Maio 1999. P. 237- 260.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré e GUTEMBERG, Armando D. (1998) Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. In. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. V. 15, Nº 3, setembro, dezembro.1998. P. 123-146.

ARQUIVO NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro, 1928. V. II.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Códice 436, de 16 de julho de 1822.

AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 2ª ed. 1901.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1839) Ensaio Corographico da Província do Pará. Pará, Typ. de Santos e Menor. Brasília, edições do Senado, 2004.

_____ (1969).Compêndio das Eras da Província do Pará: Belém, Universidade Federal do Pará.

BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A antiga produção e exportação do Pará. Belém do Pará, Typ. de Livraria Gillet, de Torres e Comp.1915.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Trad. Jhon Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000. 244 p. (p. 107-139)

BETTENDORF, João F. Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Pará no Estado do Maranhão. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BLOCH, Marc. Introdução à História. IN: Introdução a História.s.d, s.l, s.e.pp11-46.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989. (p. 209-254).

_____ (2009). O Senso Prático. Rio de Janeiro: Editoria Vozes, (Coleção Sociologia (p. 9-40)

CAMPOS, Nazareno José de. As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil. In. Observatório Geográfico America Latina. (11 p.).
[http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografia agraria/04.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografia%20agraria/04.pdf)

CASTRO, Adler Homero Fonseca. O fecho do Império. In. GOMES, Flavio dos Santos. Terras do Cabo Norte. Belém.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sociedades em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 à 1817). Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1984.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. <http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct>

DANIEL, João Pe. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (1757-1776). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. p.766.

DIAS, Manuel Nunes. (1970) A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: (1775-1778). Belém, UFPA, (Coleção Amazônica José Verissimo).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Propriedade e Posse das Terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal. In Revista do Instituto Histórico e Geografia, Rio de Janeiro, Tomo 4, 1841.

_____ (1983). Viagem Filosófica ao Rio Negro. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPQ, p.775.

GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 2007. (p. 249-356).

HOBBSAWM, E.J. A outra história-Algumas reflexões.IN.: Krantz, Frederick (org.): A outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, ED: Jorge Zahar. 1988. (p.18-33).

HOLLINGSWORTH, Thomas H. "Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo".IN: Marcílio, Maria Luiza (org.).Demografia Histórica.Ed. Novos Ubrais. São Paulo, 1970. (p.23-41).

KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. Museu da Memória. In.

www.memoria.educadores.hpg.ig.com.br

LIMA, Ana Renata Rosário de. Revoltas Camponesas no vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840). Belém, 2002. (Tese de mestrado apresentado ao curso internacional de Mestrado, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/UFGA).

LINS, Anete Umbelina Ferreira de Almeida. Representações sociais e hanseníase em São Domingos do Capim : um estudo de caso na Amazônia. Physis. Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. 20 [1] 171-194, 2010.

MORAES, Irislane Pereira de. Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aporá. Patrimônio Arqueológico e territorialidade no Vale do Rio Capim (Pa). Belém, UFGA/PPGA, 2012. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. (2006). Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 (1970), Pará, Universidade Federal do Pará (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

ROCQUE, Carlos. (1967). Grande Enciclopédia da Amazônia. Belém, Amazônia, Ed.

SAHLINS, Marshall David. Adeus aos tristes tropos: a etnografia no contexto da moderna história mundial. In. SAHLINS, Marshall David. Cultura na prática. Trad. De Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. (P. 503-533).

SALLES, Vicente (1988). O negro no Pará: sob o regime de escravidão. Brasília: Ministério da Cultura; Belém: Secretaria de Estado de Cultura: Federação Cultural do Pará "Tancredo Neves".

SUDAM. Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de São Domingos do Capim (Pa) Belém, 1970.

SPIX, Johan Baptist Von e MARTIUS, C. F. Von (1976). Viagem pelo Brasil 1817-1820. São Paulo, Melhoramentos.

VELOSO, Euda Cristina Alencar. "Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. IN: Acevedo, Rosa E. Marin(org.). A escrita da História paraense. Belém: NAEA/UFGA.

VERGOLINO – HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Napoleão. (1990) A presença africana na Amazônia Colonial: a notícia histórica. Belém, SECULT.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelos Rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. (2004).. 1823-1913. Capítulo V. Rios Guamá e Capim. In: _____. Viagens pelo Amazonas e rio Negro. Brasília: Senado Federal. (p. 153-177. v. 17).

ANEXOS

Anexo 1. Pesquisadores e Colaboradores do Projeto

Pesquisadores:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
 Historiadora
 Universidade Federal do Pará - NAEA- PPGA
 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Eliana Ramos Ferreira
 Bachaller en História – UFPA
 Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Fernando Marques
 Graduado em Arquitetura – UFPA
 Doutor em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Irislane Pereira Moraes
 Licenciada em Sociologia – UFPA – Campus de Marabá. Especialista em Arqueologia Pública
 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/UFPA

Ângelo Pessoa Lima
 Graduado em Ciências Sociais - UFMG
 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGA/UFPA

Manoel Claudemir Coutinho da Luz
 Graduando do Curso de Educação do Campo - Campus de Marabá – UFPA

Colaboradores

Ana Cristina Ferreira da Silva
 Licenciada Plena em Pedagogia – Instituto de Desenvolvimento Educacional da Amazônia
 Professora de Ensino Básico
 João Conceição da Silva
 Ipixuna. Vice-Presidente da AQURC

Ulisses Guimarães
 Engenheiro Ambiental – UFPA, Mestre em Geologia - UFPA/PPGEO

Thiago Alan Guedes Sabino
 Geógrafo. Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento

Eliana Teles Rodrigues
 Geografa. Mestre em Planejamento em Desenvolvimento. Doutora em Antropologia – PPGA-UFPA

Fabiana Carrão

Nutricionista. Mestre em Ciências da Alimentação - Université de Toulouse Le Mirail. França

Carlos Pará
Jornalista. Estudante de Direito

Raimundo Roberto de Oliveira
Bibliotecário

Elizete Ramos Ferreira
Professora de Literatura Revisora

Ruthane Saraiva Silva
Bibliotecária. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento

Andrea Pinheiro
Diagramadora

Guilherme Teles
Estudante
Responsável pela montagem dos Video Maker e o video.

Conselho Editorial

Cynthia Carvalho Martins vinculada à Universidade do Estado do Maranhão (UEMA),

Alfredo Wagner Berno de Almeida, vinculado à Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Agenor Sarraf Pacheco - Programa de Pos-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará

Diogo Costa Programa - Pos-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará

Flávio Bezerra Barros - Programa de Pos-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará.

Anexo 2- RELAÇÃO DOS TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE VOZ, IMAGENS E INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NO AMBITO DAS AÇÕES DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Nome	COMUNIDADE	CARTEIRA DE IDENTIDADE CPF
João Henrique dos Santos	Taperinha	368 3115 262 416 762 53
Maria Verônica dos Santos Oliveira	Nova Ipixuna	013 175 772 56
Estanislau Lobo da Cruz	Sauá Mirim	262 323 162 15
Antonio da Silva Coutinho	Sauá Mirim	177 763 842 91
Domingos Gomes dos Santos	Sauá Mirim	576 754 492 15
Raimunda Edna da Luz Ferreira	Alegre Vamos	448 260 792 49
Edilena Santos Silva	Taperinha	745 873 072 20
Francisca Clemilda M. Amaral	Assentamento Taperuçu	723 624 992 00
Antonio José do Nascimento Amaral	Assentamento Taperuçu	362 758 832 00
Ana Cristina Ferreira da Silva	Benevides	400 474 582 91
Bárbara Aires da Silva	Sauá Mirim	262 329 012 15
Antonia Michele dos Santos Coutinho	Sauá Mirim	
Pedro Silva do Carmo	Sauá Mirim	858 394 182 34
Dioni dos Santos Coutinho	Sauá Mirim	889 494 432 87
Raimunda Luiz da Silva Santos	Sauá Mirim	262 415 442 68
Malcicreia Silva Aires	Sauá Mirim	59 400 38 /983 127 662 00
Maria Terezinha dos Santos Coutinho	Sauá Mirim	377 820 960 00
Francisco Gomes dos Santos	Taperinha	808 936 512 49
Antonio Silva Santos	Sauá Mirim	657750232-34

Angélico Coutinho da Silva	Sauá Mirim	536 694 872 04
Roberto Silva Santos	Nova Ipixuna	334 511 762 20
Maria América dos Santos		
Dolvalina da Silva Manito	Sauá Mirim	3826 493
Antonio Luiz Coutinho da Silva	Sauá Mirim	332 390 372 20
Maria Coutinho da Luz	Sauá Mirim	262 422 732 63
Nair dos Santos Silva	Nova Ipixuna	729 326 512 34
João da Conceição Silva Santos	Nova Ipixuna	845 329 802 59
Maria Aldenora Coutinho da Luz	Alegre Vamos	922 177 022 20
Maria dos Santos Ferreira	Taperinha	670 561 132 49
Itálica dos Santos Silva	Sauá Mirim	920 648 682 91
Manoel Clauderi Coutinho da Luz	Sauá Mirim	461 057 432 20
Rosivaldo do S. Lopes Ferreira	Taperinha	
Antonio José do Nascimento Amaral	Assentamento Taperuçu	362 758 832 00
Francisca Clenilda Moreira Amaral	Assentamento Taperuçu	723 624 992 00
Antonio Queiroz Coutinho	Taperinha	
Maria Santos Melo	Taperinha	
Maria Emilia de Jesus Aires	Taperinha	025 879 232-98

Andre de Andrade Silva	Sauá Mirim	256 717 322 53
José Coutinho da Silva	Sauá Mirim	131 815 052 34
Odorica da Silva Oliveira	Sauá Mirim	474 3551
Ilaelson Santos da Silva	Sauá Mirim	655 1875
Mauricio Lopes dos Santos	Sauá Mirim	909 985 022 00
Maria Andrelina Silva Santos	Sauá Mirim	008 919 722 42
Matilde Maria dos Santos	Taperinha	5073 122
Antonia Gomes dos Santos	Taperinha	487 722 322 34
Maria de Fátima Queiroz Coutinho	Taperinha	19 06 290
Rosangela dos Santos	Taperinha	429 6727
Gleiciane Santos	Taperinha	031 693 132 02
Narciso Coutinho da Silva	Alegre Vamos	288 285 342 49
Ivanete dos Santos Luz	Alegre Vamos	293 987 112 49
Alfredo Junior Prestes dos Santos	Alegre Vamos	657 7015 012 00
José Iraci de Oliveira Aires	Santana do Capim	14 28 454 (24/11/98)
Lourença Maria da Conceição	Santana do Capim	236 57 07 20/10/90
João Luiz dos Santos	Nova Ipixuna	477 432 802 25
Rosa Silva Santos	Nova Ipixuna	005 258 692 80
Maria Sodrelina Mancos de Jesus	Benevides	477 075 342 04